

VASCO MC. MARTINS

# O Salto

O JORNAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

LE JOURNAL DES TRAVAILLEURS PORTUGAIS IMMIGRES - B.P. 95 - 75 522 PARIS CEDEX 11 - C.C.P. 562 685 - MENSUEL - 0,8 DM - 0,8 FL - 10 FB - 1 F

## editorial

### CORRIGINDO AVANÇAMOS

Camaradas:

O mês de Agosto é aproveitado pelas associações para fazerem a grande limpeza anual. A nossa direcção também aproveitou este mês para analisar o trabalho desenvolvido pelo jornal e pelo Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

Depois de analisarmos as derrotas e as vitórias, os erros que se cometeram e aqueles que se podiam ter evitado, vimos aqui expô-los para que, fortes da vossa vigilância, não os voltemos a cometer. Há movimentos populares que se deixam dominar pela burguesia porque as suas direcções não têm perante elas largas massas populares suficientemente conscientes e informadas do que se passa para, se preciso, varrer a casa.

Foi a crítica dos camaradas, a vigilância activa daqueles que lêem o jornal, que nos foi indicando os erros, que nos permitiu corrigir alguns e, hoje, fazer o balanço do trabalho.

#### UMA ORIENTAÇÃO JUSTA

Unir os trabalhadores portugueses emigrados e, em particular, as suas associações na luta contra o fascismo na emigração e no apoio à luta popular em Portugal tem sido a nossa orientação desde o primeiro número.

O crescente apoio que o jornal encontra no seio das massas emigradas, a criação e desenvolvimento do M.T.P.E., o consequente isolamento das associações fascistas, têm mostrado que esta orientação é justa.

No entanto, nos primeiros números do jornal não se teve em consideração a diversidade dos leitores a que ele se dirige.

Os nossos artigos dirigiam-se quase, em exclusivo, à emigração de origem camponesa e aos jovens que não fizeram a tropa. Esquecíamos, assim, a parte mais consciente do proletariado emigrado, sem a experiência do qual não seremos capazes de organizar o nosso movimento. Os últimos números do jornal, mantendo a orientação inicial de dirigir-se a todos os trabalhadores portugueses emigrados, na sua maioria ex-camponeses pobres, corrigiram já essa falta, tocando assim todas as camadas do proletariado emigrado.

#### ARTIGOS RICOS E VIVOS

Os artigos dos primeiros números eram, por vezes, demasiado longos e cheios de palha. Havia, e ainda há, artigos onde, ao fim de cada parágrafo, se repetem as mesmas frases feitas, como se o articulista utilizasse um carimbo. No entanto, esses camaradas admiravam-se que houvesse leito-

( Continua na pag. 7 )

## O TOMÁS VOLTOU A SER «ELEITO»

Na manhã de 25 de Julho passado, o governo caetanista levou a cabo mais uma farsa «eleitoral». Desta vez tratava-se da «eleição» para a presidência da República. Depois de muitas consultas e conselhos, Caetano fazia nomear o seu criado Tomás como homem ideal para cortar todas

no tempo da República. Estes utilizavam o sistema parlamentarista. Neste sistema havia um Parlamento, formado pelos principais representantes dos diferentes agrupamentos da burguesia. Aí, os diversos partidos burgueses lutavam entre si com o objectivo de elegerem um governo

«eleito» por sufrágio aparentemente «directo e universal», mas que, no fim de contas, não é universal pois o número de pessoas que pode votar é muito limitado. Neste sistema, o Presidente da República é «eleito» por 7 anos e pode ser «reeleito».

Tanto no sistema eleitoral fascista como no democrático-burguês, quem elege o Governo e o Presidente da República são os representantes da burguesia e dos proprietários rurais, e nunca os representantes dos operários e dos camponeses. A única diferença de fundo entre um e outro consiste em que, antes do advento do fascismo, eram os partidos dos diferentes agrupamentos da burguesia quem tinha voz activa nas eleições, enquanto que sob o fascismo só o partido da grande burguesia monopolista e financeira ( União Nacional ) decide nesta questão. Uma coisa, porém, é certa: como a própria experiência já o mostrou, seja qual for

a forma em que se apresente o sistema de governação da burguesia, só ela tem acesso à escolha do governo e sempre escolherá os representantes que melhor defendam os seus interesses exploradores. Enquanto a burguesia detiver o poder, será assim e os trabalhadores não poderão eleger os seus representantes.

#### AS BURLAS «ELEITORAIS» SOB O FASCISMO

Com o fascismo são abolidas todas as liberdades e, portanto, também as eleições livres. Apesar de, durante certo tempo, ter montado burlas «eleitorais» que pretendia apresentar com uma fachada «livre», o Estado fascista nunca consentiu uma real participação da oposição burguesa, e nem se fala do movimento popular, isto apesar de todas as ilusões que liberais e falsos amigos dos trabalhadores tentaram espalhar acerca das candidaturas

( Continua na pag. 6 )



Não serão as eleições que farão acabar com a situação que nos leva a emigrar

as fitas de inaugurações.

Pela terceira vez, Tomás foi «eleito». O «colégio eleitoral», ou seja 620 fascistas designados directa ou indirectamente pelo governo que é, por sua vez, nomeado pelo Presidente da República e de sua absoluta confiança, esteve em S. Bento cerimoneando ( a cerimónia consistiu na «eleição» de Tomás por ele próprio ) a continuação da presidência do Estado com Américo Tomás.

#### ELEIÇÕES «DEMOCRÁTICAS» OU FASCISTAS, UM SÓ ELEITOR- -A BURGUESIA

O sistema eleitoral utilizado pelos fascistas após o golpe de Estado de 1926, já não é o utilizado pelos burgueses democratas

próprio que lhes permitisse maiores vantagens na exploração da classe operária e do povo trabalhador. No sistema parlamentar, estabelecido com a implantação da República em 1910, o Presidente da República era eleito pelo Congresso ( Câmara de Deputados e Senado reunidos em sessão plenária ) por um período de 4 anos, não podia ser reeleito no quadriénio seguinte e podia ser destituído pelo próprio Congresso. Neste sistema, o poder legislativo ( que representava os diferentes sectores da burguesia ) predominava sobre o poder executivo: o Parlamento, que fazia as leis, controlava o governo, que as punha em prática.

Com a Constituição de 1933, passa-se ao regime presidencialista. O presidente da República tem o poder máximo. Ele passa a ser

## OS ACORDOS DA EMIGRAÇÃO ENTRARAM EM VIGOR

No passado dia 1 entraram em vigor os Acordos da Emigração assinados há mais de um ano entre o governo português e o governo francês.

Sobre as consequências dos acordos na vida dos jovens desertores, refractários e insubmissos portugueses *O Salto* ouviu um advogado francês.

#### « NADA OS OBRIGA A IR FAZER A TROPA ! »

O conhecido advogado francês Jean Jacques de Felix, declarou ao nosso jornal que tanto no Ministério dos Negócios Estrangeiros francês como no Ministério do Interior, lhe afiançavam que:

- 1) Os jovens portugueses, residentes em França, que não fizeram a tropa, não poderiam ser expulsos por este motivo.
- 2) Os jovens que ao chegarem a França declarassem como motivo da sua vinda a recusa de fazer a guerra colonial poderiam regularizar a sua situação.

Esta posição do governo francês não é nova, ele sempre tem tentado fazer crer à opinião pública que os acordos nada têm a ver com os jovens que não fizeram a tropa. No entanto, esta declaração é uma prova de que os protestos públicos começam a fazer efeito.

A assinalar, no crescente apoio que recebemos por parte da opinião pública francesa, a posição de Jean Jacques de Felix, advogado cheio de experiência em casos deste género ( foi um dos defensores dos desertores americanos ). Ele afirmou-nos estar pronto a defender os jovens portugueses que tenham problemas devido à sua situação militar.

Contacta, pois, o nosso comité ou, caso não tenhas a possibilidade de nos contactares directamente, telefona-nos para: 805 89 02

COMITÉ DE BELLEVILLE DE APOIO

AOS JOVENS DESERTORES, REFRACTÁRIOS

E INSUBMISSOS PORTUGUESES

127, Rue St. Maur - Mt. Parmentier

ABERTO ÀS: 4<sup>as</sup> feiras, das 18 h. às 21 h.

Sábados, das 16 h. às 21 h.

Ler artigo página 4

# internacional

## EGIPTO

# FIM DA PRESENÇA MILITAR RUSSA

A 18 de Julho passado, o presidente Anwar Al Sadate do Egipto, decide pôr termo à presença militar Russa no território egípcio, pedindo a retirada de todos os peritos e conselheiros militares russos que não estivessem ligados directamente à formação militar dos soldados egípcios. Segundo estimativas de jornais franceses o número de conselheiros e peritos russos elevava-se a cerca de 20 000.

Após a guerra de Junho de 1967, em que Israel, apoiado pelos imperialistas americanos, invade e ocupa uma parte dos territórios egípcios e doutros países árabes, o Egipto procura apoio junto da Rússia para refazer os seus exércitos e para se defender contra o agressor sionista.

Juntamente com o material de guerra necessário à defesa do Egipto chegam os conselheiros e peritos militares russos.

As relações entre militares russos e egípcios, que inicialmente eram boas, começam a deteriorar-se pouco a pouco, agravando-se sobretudo a partir de Agosto de 1970, data em que o cessar-fogo, condenado pelos povos árabes, foi proclamado entre o Egipto, a Jordânia e o Estado expansionista de Israel.

O mal-estar entre oficiais russos e egípcios desenvolve-se não só porque o governo russo apoia inteiramente o cessar-fogo, como também porque preconiza, como o único meio para a resolução do conflito que opõe o Estado de Israel aos povos e nações árabes, uma solução pacífica a partir da resolução de 22 de Novembro de 1967 do Conselho de Segurança

Referindo-se ao facto da União Soviética ter retardado por várias vezes a execução dos acordos sovieto-egípcios, que previam o envio de material de guerra ofensivo, o presidente Al Sadate disse que quando o presidente Podgorny viera ao Cairo (capital do Egipto) em Maio de 1971 e certas divergências de pontos de vista tinham surgido, este prometeu resolvê-las em quatro dias, quando voltasse a Moscovo. Entretanto, disse o presidente Al Sadate, « quatro dias, mesmo quatro meses tinham passado, mas nada tinha chegado. » « Em Outubro de 1971, fui à União Soviética e chegámos a um acordo que devia ser executado antes do fim do ano de 1971. Esta data tinha sido fixada pelos dirigentes soviéticos, mas esse ano passou sem nada ter sido feito. »

Em Fevereiro e Abril de 1972 o presidente Al Sadate foi de novo a Moscovo, pedindo desta vez que nenhum acordo fosse concluído com os Estados Unidos sobre a restrição do envio de armas enquanto a agressão sionista não fosse banida.

Mas o comunicado dos dois « super-grandes », após a visita de Nixon a Moscovo, foi uma decepção completa para os egípcios. Referindo-se a esse comunicado, o general Sadek, ministro egípcio da guerra, após uma viagem a Moscovo declarou ao presidente Sadate :

« As conversações Nixon-Breznnev ataram, praticamente, as mãos dos soviéticos. Estes últimos não fazem nada para nos ajudar, numa maneira decisiva, a forçar os israelitas a deixar os territórios ocupados. Para eles,

Meir, primeiro ministro de Israel, sionista agente do imperialismo americano, depois de ter declarado que Israel « é hoje mais forte que nunca » e que « nós devemos continuar a procurar o material de guerra... » lançou um « apelo » ao presidente Al Sadate para que este entre em negociações directas com Israel para a « solução do problema da paz » no Médio Oriente.

Respondendo a este « apelo » de Golda Meir, o presidente Al Sadate, depois de ter qualificado a proposta de Golda Meir de « velha cantiga », disse : « O nosso país está ocupado. Como poderemos nós negociar nestas condições ? Isso equivaleria a uma capitulação. »

Dias antes, um porta-voz do governo egípcio tinha declarado : « O Egipto quer que todas as possibilidades sejam exploradas para se chegar a uma paz que preservaria a integridade territorial dos países da região e respeitaria os direitos do povo da Palestina. »

Quais são os direitos do povo da Palestina ?

Na sua entrevista a O Salto 1, publicada no último número, o representante de Al Fath, movimento de libertação da Palestina, declarou :

« A revolução palestiniana visa, em primeiro lugar, a libertação do nosso território nacional, presentemente ocupado pelos sionistas e por eles transformado numa base militar e política do imperialismo americano ».

Os direitos do Povo da Palestina são a libertação do seu território nacional, ocupado actualmente pelos sionistas. Por essa libertação tem o povo da Palestina lutado, de armas na mão, a partir de 1905, data das primeiras incursões sionistas.

Só na base de uma libertação total do território nacional da Palestina, poderá haver paz no Médio Oriente.

1 - Ver entrevista de Al Fath em O Salto n. 11.

## VIETNAM

# Os diques são bombardeados pelos imperialistas americanos

Ao longo dos anos, o heróico povo do Vietnam do Norte, construiu arduamente, um sistema de diques que lhe permite regular o caudal dos rios que atinge, sobretudo na época das chuvas grandes proporções e que no passado provocava grandes inundações, matando e deixando sem abrigo milhares de pessoas.

O nazi Nixon, chefe do imperialismo americano, vendo que a invasão americana tem os dias contados após o grande avanço das forças populares no Vietnam do Sul, tenta a sua última cartada, cometendo os mais odiosos crimes e as maiores barbaridades. Assim, manda a sua aviação bombardear os diques. Este acto criminoso pode provocar a morte

## ALBÂNIA

# Alguns aspectos da vida do povo albanês

A criação e o desenvolvimento da assistência social de Estado figura entre as maiores realizações sociais a que o povo albanês teve acesso até hoje.

As grandes transformações económicas e sociais que se efectuaram desde a instauração do poder popular tornaram possível a existência de um sistema com-

mais elevados.

A natalidade na Albânia era já elevada no passado, mas, devido a numerosas doenças, uma criança em 10 não sobrevivia. Actualmente há cinco crianças que nascem por cada pessoa que morre. Esta nova relação entre o número de nascimentos e o da mortalidade permite que a população



O serviço de consulta para a mãe e o filho numa aldeia albanesa.

pleto de assistência social que protege o homem desde o seu nascimento até ao fim da sua vida.

Assim, na República Popular da Albânia o serviço de saúde gratuito é garantido, sem nenhuma excepção, a todos os cidadãos na base do princípio « acada um segundo as suas necessidades ».

Para o funcionamento do serviço de saúde gratuito o Estado dispense todos os anos fundos cada vez mais elevados. Em 1971, para salvaguardar a saúde do povo, dispendeu uma soma 14,3 % maior do que em 1970.

O serviço de saúde gratuito, e em particular o cuidado que é oferecido à saúde das mães e dos recém-nascidos, conseguiu que o índice de mortalidade na Albânia seja dos menores da Europa enquanto que o aumento natural da população atinge os níveis

albanesa se renove. A juventude constitui a camada social de consciência política mais elevada porque 3/5 da população nasceram, cresceram e foram educados nos anos do poder popular. Além disso, as crianças até aos 15 anos constituem mais de 42 % do total da população.

Os numerosos aspectos da assistência social de Estado são um índice da vitalidade e da capacidade de transformação do regime socialista. Assim, além do serviço de saúde gratuito, os trabalhadores estão assegurados em caso de incapacidade de trabalho, gozam do direito de curas em termas e mudanças para zonas de clima diferente e do direito ao repouso em casas construídas com esse fim.

Todos os trabalhadores gozam do direito a pensões de velhice ou em casos de invalidez. Pensões familiares por antiguidade de serviço e por méritos particulares são igualmente atribuídas. A sociedade albanesa providência para que os seus membros idosos passem uma velhice em boas condições não só materiais como físicas e espirituais. O melhoramento contínuo das condições de trabalho e de vida e, em geral, o aumento do nível de vida e do nível cultural fizeram com que a duração média de vida passasse de 38 anos antes da derrota do fascismo, para 68 anos. Os trabalhadores de certas profissões particularmente difíceis têm direito à reforma aos 50 anos. As mulheres recebem pensões de velhice em idade e antiguidade de serviço inferiores à dos homens. A lei protege-as com um cuidado particular. Desde 1 de Julho deste ano, os membros das cooperativas agrícolas gozam do direito à pensão de velhice garantida pelo Estado.

É necessário salientar que a soma da pensão satisfaz as necessidades de vida. Por outro lado, na Albânia não se paga qualquer imposto ou taxa. Os alugueres são dos mais baixos do mundo, o serviço de saúde, o ensino e outros serviços sociais são gratuitos. Desta forma evita-se, na Albânia, o desequilíbrio entre as condições de vida do cidadão que trabalha e aquele que deixa o seu trabalho devido à velhice ; este desajustamento é uma característica da maior parte dos países da Europa capitalista.



O povo do Egipto, forte das suas tradições nacionalistas, saberá encontrar, no exemplo do povo palestiniano o caminho a seguir.

da ONU, que não prevê o direito dos povos árabes destruir o sionismo.

## A RÚSSIA NÃO CUMPRE OS ACORDOS

### PASSADOS COM O EGÍPTO

Num discurso pronunciado na sessão inaugural do Congresso Nacional da União Socialista Árabe, o presidente Sadate declarou :

« A nossa divergência de pontos de vista ( entre a Rússia e o Egipto ) começou quando da primeira visita que eu efectuei à União Soviética depois de ter sido eleito presidente. Eles têm os seus compromissos e os seus problemas. Talvez a crise do Médio Oriente não seja o problema nº 1 para a União Soviética, mas para nós é uma questão de vida ou de morte. »

o entendimento com Washington está acima de qualquer outra consideração ».

Para o povo egípcio e para os povos árabes em geral, esta atitude da Rússia vinha reforçar a convicção de que o Egipto se encontrava num estado de dependência política e militar em relação à Rússia.

## QUAL A NOVA ORIENTAÇÃO ?

Dias depois de ter pedido a retirada dos militares russos no discurso acima mencionado, o presidente Al Sadate declarou :

« Depois de 1967, o factor mais perigoso são os Estados Unidos. Nós podemos estar seguros que Israel nunca teria agido como o fez se não tivesse obtido o apoio total dos Estados Unidos. » No dia 27 de Julho, Golda

FAZ-TE ASSINANTE DE O Salto

## O SUPREMO TRIBUNAL FASCISTA-COLONIALISTA RECUSA-SE A LIBERTAR DOMINGOS AROUCA

18 de Julho (NOVAPORT). No passado dia 5, o Supremo Tribunal de Justiça fascista recusou o pedido de libertação por « habeas corpus » de Domingos Arouca apresentado pelo seu advogado a 21 de Maio passado.

A P.I.D.E., agora baptizada D.G.S., tinha oposto já o seu veto ao pedido de libertação, por detenção ilegal, de Domingos Arouca, advogado moçambicano, preso pela polícia fascista a 25 de Maio de 1965 e condenado, a 6 de Julho de 1967, a quatro anos de cadeia e « medidas de segurança ».

A obstinada recusa da burguesia colonialista em libertar este combatente do povo moçambi-

cano, actualmente detido na tenebrosa prisão de Caxias, é mais um dos odiosos crimes fascistas que a justiça popular não esquecerá.

Foram igualmente recusados pelo mesmo tribunal os pedidos de libertação por « habeas corpus » de Justino Felto Pinto de Andrade, Vicente Pinto de Andrade, Gilberto António Saraiva de Carvalho, Jaime Gaspar Cohen, Aldemiro Justino Vaz da Conceição, Alberto Correia Neto, Tito Armando Santos e Bernardo Lopes Teixeira.

Presos pela P.I.D.E. em Outubro de 1969, em Luanda, encontram-se, actualmente, detidos em campos de concentração nas ilhas de Cabo Verde.

## COOPERAÇÃO DAS POLÍCIAS FASCISTAS DE PORTUGAL E ESPANHA

6 de Agosto (NOVAPORT). Os chefes de esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), João Augusto dos Santos Belfo e Manuel Grilo Martins acabam de receber, em Madrid, o prémio « Academia Especial da Polícia Armada ». Este prémio, instituído pelo organismo fascista espanhol Academia Especial da Polícia Armada, é atribuído de dois em dois anos « ao melhor aluno da Escola Prática da Polícia »,

organismo fascista português.

Por outras palavras : os algozes do povo espanhol premeiam os « melhores » algozes do povo português.

Esta manifestação da estreita colaboração existente entre forças repressivas é mais um reflexo da comunidade de interesses das burguesias dos dois países e do seu pavor recíproco perante as lutas dos povos revolucionários de Portugal e de Espanha.

## TRÊS ANTIFASCISTAS CONDENADOS EM TRIBUNAL PLENÁRIO

8 de Agosto (NOVAPORT). Terminou no passado dia 26 de Julho mais uma farsa no Tribunal Plenário do Porto. Cinco anti-fascistas foram acusados do grave « crime » de, no dia 1 de Maio de 1971, terem comemorado, integrando-se numa manifestação popular, o Dia do Trabalho.

Manuel José Magalhães Gomes da Mota, António Jorge Mendes Carvalho, José Fernando Coelho Cardoso, Joaquim Azevedo Ferreira Lopes e Francisco Artur Tibúrcio Ribeiro eram ainda acusados de terem respondido à violência reacção das forças repres-

sivas pela violência revolucionária.

O tribunal condenou os três primeiros anti-fascistas a pesadas multas e à perda de direitos políticos por três anos, absolvendo os dois últimos « réus ».

Por outro lado, o Supremo Tribunal Militar fascista que funcionou em Santa Clara condenou, no passado dia 27 de Julho, a 10 anos e um mês de prisão maior o cidadão cubano Pedro Rodriguez Peralta, preso a 12 de Novembro de 1969 na Guiné-Bissau, onde, animado por um espírito internacionalista, combatia pela justa causa da libertação nacional do povo da Guiné e Cabo Verde.

## MARCELO CAETANO «DEITA ÁGUA NA FERVURA» NO SEU CONSELHO DE MINISTROS

15 de Agosto (NOVAPORT). Segundo notícias provenientes do nosso correspondente em Lisboa, o ministro da educação, Veiga Simão, teria apresentado no conselho de ministros fascistas a sua demissão em protesto contra a entrada da Pide, agora baptizada DGS, nas instalações da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico.

Segundo informações que cir-

culam nos meios oficiais fascistas portugueses, o protesto visaria mais exactamente o facto dos funcionários da Pide, cumprindo provavelmente ordens directas do ministro do interior, terem destruído material vário que encontraram naquela associação. O ministro da educação teria então, em conselho de ministros, levantado uma zaragata com o ministro do interior afirmando que este não só contribuía para manter o reduzidíssimo orçamento atribuído ao seu ministério, como ainda mandava os seus factotuns (sic) escavar os poucos

aparelhos que o conselho de ministros vai, por esmola, condescendendo em pôr à disposição do ensino.

A palavra « factotum », empregue pelo ministro fascista Veiga Simão, foi utilizada pelo escritor Júlio Dinis no romance « A Morgadinha dos Canaviais » para designar pessoa mandada por outrém para executar trabalhos sujos.

Perante estes arrufos entre os seus ministros, ciosos de defenderem os respectivos feudos e atemorizados pelo crescente descrédito em que têm caído após as últimas lutas populares, Marcelo Caetano fez votar por unanimidade uma moção de confiança a Veiga Simão, pelo que este, assim consolado, desistiu do pedido de demissão.

## O CLIMA DE GUERRA EM PORTUGAL FAZ MAIS UMA VÍTIMA

8 de Agosto (NOVAPORT). O clima de guerra em Portugal começa a ultrapassar o âmbito dos históricos discursos fascistas e « patrioteiros » e da mobilização militar massiva dos jovens.

Assim, José Joaquim Sózinho, de 49 anos, pastor, morador no sítio da Boa Fé, em Évora, morreu, no passado dia 25, no Hospital de S. José, em Lisboa, para onde fora transportado depois de ter sido atingido por uma granada de guerra quando guardava um rebanho.

## AS « FÉRIAS » DOS PORTUGUESES

Muito se fala de férias nos jornais : « A Senhora Dona Beltrana foi de férias para a Côte d'Azur... » « o conhecido Fulano de Tal bronzeia-se nas praias de Itália... ». Na rádio há programas dedicados aos veraniantes : « Não se deixem ficar muito tempo ao sol por causa das queimaduras... »

O Salto também não quer deixar de falar nas férias. Entrevistámos alguns portugueses, dos que ficaram a trabalhar no mês de Agosto. Embora houvesse apertos nos combóios e camionetas cheias, muitos foram os que passaram as suas « férias » a trabalhar.

### FÉRIAS ... COMO ?!

Obrigados a trabalhar durante todo o ano nas suas terras ou a soldo dum grande proprietário, ou nas fábricas, os trabalhadores em Portugal muito raramente têm férias.

Em Portugal, com os chamados contratos de trabalho ou sem eles, a situação não difere. Os contratos colectivos de trabalho, assinados entre os patrões e os Sindicatos Nacionais fascistas, que em nada defendem os nossos interesses, não resolvem o problema das férias, como aliás não resolvem os outros. Mesmo quando escrevem no papel que « serão dadas férias », eles arranjam a coisa de maneira a que o trabalhador não tenha dinheiro suficiente para poder viver com o magro « subsídio de férias » que às vezes lhe é dado. Na maioria dos casos, o período normal de « férias » concedidas não é pago ou então o patrão dá uma miséria, o que é a mesma coisa.

« Eu tenho 3 semanas de férias, mas o patrão paga-me a 50 %. Como é que eu posso estar 3 semanas a descansar ganhando metade do ordenado normal, se inteiro ele já é pouco ? Não posso ! » Assim, o operário vê-se sempre obrigado a continuar a trabalhar ou a arranjar uns « ganhos », se não quer morrer à fome. Muitos camponeses de Portugal vêm para França fazer as

vindimas ou a binagem da beterraba, quando, no Verão, não encontram trabalho. « No campo não há férias, senão como é que a gente vive ?! »

Nalguns casos — bem poucos —, os trabalhadores em Portugal têm férias... no papel, mas, na realidade, por não lhe ser pago dinheiro suficiente, por ameaças dos patrões e por falta de sindicatos verdadeiros com que possam fazer valer os seus direitos, são obrigados a trabalhar durante todo o ano.

« Tive uma vez uma semana de férias, mas não podia descansar: tive de trabalhar nessa semana. O patrão queria que eu trabalhasse e como não tinha a quem me dirigir... »

Um madeirense diz-nos : « as minhas férias eram no mar e na praia — tirava areia das praias para as obras. Ao sábado trabalhava às vezes até à meia-noite, uma hora da manhã... Só descansava ao domingo ». E, no entanto, descansar durante um mês do cansaço do ano inteiro devia ser um direito de todo o trabalhador. Segundo as estatísticas do governo fascista, em Portugal,

85 % dos trabalhadores não têm férias. Isto prova que, embora no papel tenhamos direito a férias, são bem poucos os que as podem gozar.

### AS LUTAS PELAS FÉRIAS

Mal chegamos a França ouvimos falar nas « vancances », nas 40 horas de trabalho semanal. Mas, também aqui, embora a situação seja um pouco diferente, todos temos direito a férias no papel.

Desde o fim do século passado, o povo francês tem travado lutas encarniçadas para alcançar as poucas regalias que tem, já melhores que as que temos em Portugal. Foi ao preço de muitas privações, e mesmo de mortos, que conquistou as 8 horas de trabalho diário, o descanso ao domingo, como, aliás, aconteceu em Portugal. Perante as greves gerais de 1936 e a do movimento operário, a burguesia francesa viu-se forçada a fazer concessões aos trabalhadores que conquista-

ram nessa altura as 40 horas de trabalho semanal, a « Sécurité Social » e as férias pagas.

Todas as regalias, que nós gozamos hoje aqui, em França, foram obtidas com o sangue dos trabalhadores franceses, que travaram duras lutas para as arranjar à burguesia exploradora.

Mas muitas das conquistas de 1936 em França foram cedo « esquecidas » pelo patronato e pelos sindicatos. O povo francês foi traído. Hoje é raro o operário que trabalha 8 horas por dia e 40 horas por semana. Em França, só 42,8 % dos operários franceses partem para férias e muitos destes vão ainda trabalhar no campo, nas colheitas. A situação dos camponeses franceses ainda é pior : apenas 9 % têm férias.

### AS « FÉRIAS »

A situação dos emigrantes portugueses é pior ainda. Obrigados a emigrar devido à miséria, o trabalhador português em França tem de trabalhar durante o período normal de férias para poder continuar a manter a sua família em Portugal ou para poder juntar o dinheiro suficiente que lhe permita ter uma vida um pouco melhor quando voltar. Em muitos casos há ainda dívidas a pagar ou trabalhos a fazer para arranjar a casa onde mora em Portugal.

« Eu não fui para férias, pois a minha vida está um pouco atrapalada... Gastei bastante dinheiro para mandar vir a mulher e os filhos de Portugal, para arranjar um alojamento... Tudo isto me atrapalhou a vida e agora trabalho durante o mês de férias para recuperar o dinheiro que gastei e assim pagara quemopedia.

Segundo a lei francesa o período que serve de cálculo à duração das férias principais é fixado entre o 1 de Junho de cada ano e o 31 de Maio do ano seguinte. A duração das férias é calculada à razão de dois dias úteis por mês



FOTO J. NUNES

de trabalho, não podendo exceder 24 dias úteis.

Não há, portanto, nem prémios nem horas extraordinárias. Assim, chegamos ao mês de Agosto e recebemos bastante menos do que normalmente. E tem que se contar que na primeira quinzena não se ganha. Quando mudamos de patrão durante o ano, muitas vezes nem podemos partir.

### VAMOS A PORTUGAL !

« A viagem é cara e depois há sempre umas obras a fazer, umas coisas a pagar... Sai muito caro ».

Durante o mês que lá estão, os que conseguiram ir à terra, ainda têm trabalho a fazer : sementar, fazer a colheita, fazer obras na casa, as vindimas... Tudo isto faz com que as férias — período de repouso bem merecido depois de um ano de canseiras, de ritmos de trabalho esgotantes de 10 e mais horas de trabalho por dia — não estejam ainda verdadeiramente ao alcance do trabalhador português emigrado.

De facto, tudo está organizado de maneira a que o trabalhador esteja o mínimo de tempo ausente do trabalho. Mesmo quando se pode partir durante um mês, quando se volta, o ritmo de trabalho aumenta, os preços aumentam, os transportes aumentam ; mas os salários, esses, continuam na mesma !



Em Paris, no mês de Agosto, os trabalhadores portugueses emigrados continuam a construir.

## ALEMANHA

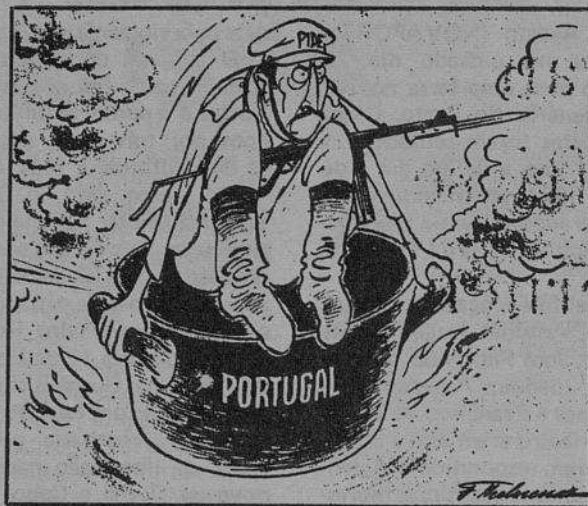
## A Associação dos Trabalhadores Portugueses em Berlim

Há cerca de oito meses alguns trabalhadores portugueses formaram, em Berlim, uma associação a que deram o nome de Grupo dos Portugueses em Berlim Ocidental. No número do mês de Maio do seu boletim *A Voz do Emigrante*, são definidos como objectivos do grupo:

« O grupo, nunca é demais repeti-lo, é de trabalhadores que pretendem unir-se e organizar-se para assim melhor defenderem os seus interesses. Isto não significa que não seja também de recreio. O que é importante dizer aqui é que o grupo não pode nem deve ser apenas de recreio. Grupos apenas com bailes, passeios, sala de televisão e o bar onde os sócios vão, metódicamente, dar de beber à dor mas sem nunca tratarem dela, não nos interessam. »

É com grande alegria que saudamos mais esta vitória dos trabalhadores portugueses emigrados. Este acontecimento reveste-se de uma importância particular visto se passar numa Alemanha onde a esmagadora maioria dos centros portugueses são pouco mais que repartições fascistas ao serviço dos bancos e consulados. Ele mostra que a actual fase de fraqueza das associações de trabalhadores na Alemanha será, em breve, ultrapassada.

A associação que, agora, se chama *Associação dos Trabalhadores Portugueses em Berlim*, organizou a sua primeira festa no dia 22 de Julho. Nesta festa compareceram cerca de cem dos quinhentos portugueses residentes em Berlim. Este facto é extremamente positivo se nos lembrarmos que até há dois anos a emigração portuguesa para Berlim era formada quase exclusivamente por burgueses e que estes ainda exercem uma certa influência sobre os trabalhadores que, posteriormente, para ali emigraram. Para combater esta influência a *Associação dos Trabalhadores Portugueses em Berlim*, além de festas tem desenvolvido campanhas de divulgação da cultura popular, do jornal *O Salto* e publica o boletim *A Voz do Emigrante* donde extraímos a caricatura assim como extratos de um dos seus artigos que junto publicamos.



A PANELA FERVE ...

## Fábrica Adolff recusa intérprete

A fábrica de têxteis Adolff, em Tegel, recusou-se a aceitar um intérprete que se dedicasse, completamente, a tratar das dificuldades dos trabalhadores portugueses resultantes do facto de, a maioria destes, não falar alemão.

Em vez disso pretendia que o intérprete ficasse a trabalhar no « Akkord » e traduzisse algo necessário nas horas vagas (?), ou que largasse a máquina em casos urgentes, o que implicaria uma perda de salário. Ora nós pensamos que a função de um intérprete não é apenas a de traduzir, mas sim a de defender os interesses dos operários portugueses, etc. Mas vejamos a argumentação do director da fábrica:

« O que nós pretendemos é alguém que conheça os problemas e a mentalidade dos operários portugueses para assim os poder ajudar melhor ».

Na verdade, que « simpático » da parte do director interessar-se subitamente pelos seus operários portugueses! Nós perguntamos: que significa para a fábrica « ajudar » o operário português? Como pode um intérprete ajudar o operário português se a fábrica o põe a trabalhar no « Akkord »? Se o intérprete deixa a máquina, nem que seja por momentos, para ajudar alguém, o seu salário diminui e não seria de admirar que ele acabasse por não querer

ajudar ninguém! Além disso um intérprete que trabalhasse no « Akkord » todos os dias quando teria tempo para, por exemplo, ir com um operário à polícia de estrangeiros, ou para estudar as folhas de salário para ver se este foi roubado, etc?

Isto só mostra que a fábrica, já que não pode evitar a presença de um intérprete (por pressão do consulado), pretende, ao menos, arranjar um que tenha de estar todos os dias a trabalhar na produção e ainda por cima no « Akkord », sem tempo livre para ajudar o operário português nos seus autênticos problemas, e, deste modo, poder continuar a explorar indecente e descaradamente o seu trabalho.

Ora como nós entendemos que a função do intérprete seria a de defender os interesses do operário e não os da fábrica (e isto sabia o director muito bem), o nosso intérprete não foi aceite. Isto mostra mais uma vez que só o operário organizado com os seus semelhantes poderá resolver os seus problemas. Talvez os salários daqui sejam mais elevados que em Portugal, mas a exploração é a mesma.

Deixemo-nos de ilusões. Se soubermos fazer do grupo de Berlim um elemento de união da classe operária, o nosso trabalho não será em vão.

## OS ACORDOS DA EMIGRAÇÃO ENTRARAM EM VIGOR

## A situação actual

Apesar de ser o dia da entrada em vigor dos acordos da emigração, no posto fronteiriço de Hendaya, neste primeiro de Setembro, além de uma vigilância policial maior e de um controlo mais cerrado, nada deferencia este dia dos outros.

Que quer isto dizer? Que as autoridades francesas vão continuar a fechar os olhos sobre a emigração clandestina e sobretudo dos jovens em idade militar? Não, cremos simplesmente que o governo francês não pode, num curto espaço de tempo, recambiar dezenas e dezenas de homens, mulheres e jovens que, ignorantes dos acordos, se apresentam todos os dias nas fronteiras vindos a salto. E não pode porque isso seria pôr demasiado a nú o carácter anti-popular dos acordos da emigração e levantaria, facilmente, um movimento de protesto não só da parte dos trabalhadores portugueses como também dos franceses. Portanto, os governos tentam aplicar os acordos, mas progressivamente, de maneira a que passe o mais despercebido possível. Aliás, o processo de limitação da emigração já começou o ano passado e não só ao nível da entrada em França, mas também, no corte arbitrário das cartas de trabalho a alguns jovens em idade militar, assim como na impossibilidade de exercer determinadas profissões. Quando muito, agora, que os acordos entraram em vigor, este processo poder-se-á acelerar.

Esta situação impõe-nos uma dupla vigilância:

— em relação às autoridades francesas devemos saber que nada há no texto dos acordos e nas leis francesas sobre a emigração que nos obrigue a ir para Portugal e muito menos para o exército português. Quer dizer, todas as pressões desse tipo são arbitrárias e ilegais.

— em relação às autoridades fascistas portuguesas não nos devemos deixar levar nem pelo medo que nos querem incutir nem pelas suas falinhas mansas. É sabido que Caetano, num dos seus discursos, prometeu a amnistia para os desertores e refractários que queiram voltar a Portugal. Ora, depois do discurso, jovens portugueses foram presos na fronteira ao entrarem em Portugal, enganados por estas falsas promessas — destinadas apenas a apanhar os elementos mais combativos.

As autoridades fascistas portu-

guesas devemos responder como até agora temos feito:  
« NADA NOS OBRIGA A FAZER A TROPA ! »

## O APOIO EM FRANÇA

No entanto, a única verdadeira garantia de estadia aqui, e para que os jovens desertores e refractários possam continuar a vir para França, é que lhes seja concedido o estatuto de refugiado político, a que por lei têm direito.

Esta justa reivindicação, aliada à ameaça que cai sobre os jovens em idade militar, tem encontrado entre os progressistas portugueses e franceses um apoio crescente. Assim, conforme noticiámos, foi criada a Associação de Apoio à Luta dos Povos sob Domínio Colonial Português com o objectivo de organizar o apoio à luta dos povos das colónias. Esta associação considera que a sua tarefa imediata é o apoio aos jovens desertores, refractários e insubmissos portugueses, e que esse apoio se deve traduzir, na prática, pela luta por o estatuto de refugiado político para os jovens Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses.

Segundo o comunicado de Imprensa distribuído em Paris, deram o seu apoio a esta associação numerosas organizações e individualidades anti-colonialistas e anti-imperialistas.

Foram também criados, a nível local, em Belleville e em St. Denis, dois comités de apoio aos jovens desertores, refractários e insubmissos portugueses e dois outros estão em vias de formação — um em Fontenay-aux-Roses, outro em Nantes.

Estes comités, que reagrupam jovens franceses, africanos e portugueses, trabalham no sentido de « mobilizar as forças progressistas da região para:

— que os jovens portugueses que recusam fazer a guerra colonial possam vir a ficar em França e obtenham o direito ao refúgio político.

— resolver os problemas individuais de trabalho, alojamento, papéis, etc... que se põem a jovens acabados de chegar.

— organizar a solidariedade com a luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, assim como com a luta do povo português contra o colonialismo ».

( Continua na pag 8 )

## ST. DENIS

## Os portugueses do bairro da lata não se deixaram intimidar

A Mairie e a prefeitura de St. Denis, desejando construir prédios nos terrenos ocupados pelo bairro da lata de « Franc-Moisins », puseram ao seu serviço uma firma, a *Sonacotra*, que tem tentado por todos os meios desalojar as famílias que aí habitam e enviá-las para longe de St. Denis.

( Do artigo « Temos Direito a Uma Casa », *O Salto* n.11, pag. 4 ).

No fim do mês de Junho, os habitantes do bairro da lata receberam uma carta da « *Sonacotra* » que afirmava:

Ex<sup>mo</sup> Sr.

Temos o prazer de informar V<sup>o</sup> Ex<sup>a</sup>. de que o seu alojamento é susceptível de se dar num prazo muito curto.

Por esta razão, se V<sup>o</sup> Ex<sup>a</sup> tem a intenção de partir para férias, durante os três próximos meses, nós recomendamos-lhe encarecidamente, que confie, durante esse tempo, a chave da sua habitação a um vizinho a quem pedireis para se ocupar da mudança.

Precisamos bem que se a sua barraca está situada numa zona que será demolida, de urgência,

não a poderemos conservar de pé. »

A esta carta os habitantes das barracas responderam, a 8 de Julho de 1972, afirmando:

« Os habitantes das barracas do bidonville de Franc-Moisins, não estão de acordo em deixar a chave ». E explicavam que esta atitude era devida a não estarem seguros de que, ao voltarem de férias, a sua casa não tivesse sido mudada para Rouem ou Marselha, isto é, para fora de St. Denis. Um habitante das barracas tinha-nos já declarado « não saio daqui enquanto não me derem uma casa decente em St. Denis. »

Frente à firme determinação e unidade dos habitantes das barracas, apoiados pela A.S.T.I. de St. Denis e pelo Comité de Apoio aos trabalhadores do bidonville, a *Sonacotra* resolveu passar à intimidação. No dia 25 de Julho, enviá-lhes mais uma carta, dando-lhes dois dias para abandonarem as barracas. Quando no dia 27 de manhã, se apresentou um camião da *Sonacotra* no bidonville para

levar famílias e bens para fora de St. Denis, a esmagadora maioria dos habitantes respondeu que não partia. O camião fez volta atrás e o condutor foi relatar o desaire aos seus chefes. Estes devem ter dito, como é costume nestas circunstâncias, que, se os habitantes das barracas reagiam assim, era porque havia a interferência de « elementos estrangeiros ao bidonville ». Tanto deve ter sido este o raciocínio da *Sonacotra* que, à tarde, lá estava de novo o camião no bidonville e de novo, também, voltou para trás, desta vez completamente vazio.

Muitos trabalhadores do bidonville foram à sua terra; eles temem que ao voltarem não encontrem as suas casas. É por isso que eles e todos os outros habitantes do bidonville pedem apoio para que as suas barracas não sejam destruídas entretanto.

As vitórias que os trabalhadores de St. Denis têm obtido são mais uma prova do que pode a nossa unidade ligada a uma firme determinação em defender os nossos direitos.

## UM TRABALHADOR PREVENIDO VALE POR DOIS

## EXAME DE SAÚDE, COMPLETO E GRATUITO

A maioria dos trabalhadores portugueses emigrados estão muito mal informados sobre os direitos que têm em França, direitos esses que, nunca é demais repeti-lo, foram o produto de duras lutas dos trabalhadores de França.

Um desses direitos é o de anualmente todo o trabalhador inscrito no seguro social poder fazer gratuitamente um exame médico completo é que, de facto, se pode ser examinado das pontas dos pés às pontas dos cabelos.

Há doenças de que dificilmente nos damos conta, se não fizermos um exame médico a tempo, e que, depois, quando as descobrimos, somos obrigados a endividarmo-nos e às vezes mesmo a não mais podermos trabalhar

Este exame comporta:

- um exame de clínica geral.
- uma radiografia aos pul-

mões.

— análise de sangue e das urinas.

Além destes exames todo o trabalhador tem direito a consultar gratuitamente um especialista e a fazer toda e qualquer outra análise ou radiografia que seja necessária.

Nas péssimas condições de trabalho, de alimentação e higiene em que vivemos na sociedade capitalista, um exame médico deste tipo é uma grande defesa para a nossa saúde.

Devemos, pois, anualmente, utilizar esse direito e para isso dirigimo-nos à:

Caixa Primária Central do Seguro de Doença

Exames de Saúde de Paris  
5, rue de la Durance - 75 -  
Paris 12<sup>e</sup> ème, métro Daumesnil

**HOLANDA**

**os verdadeiros culpados**

Segundo as últimas estatísticas publicadas pelo Central Bureau voor de Statistiek ( Departamento Central de Estatísticas ) no mês de Julho o número dos desempregados na Holanda aumentou de 7,5 %. Assim, esse número elevou-se de 98 000 para 105 400. Segundo o mesmo Departamento o maior número de desempregados trabalhavam na construção, na metalurgia e em escritórios.

Recusando-se a analisar, concretamente, as verdadeiras razões do desemprego e do seu aumento, os departamentos responsáveis viram-se contra os trabalhadores estrangeiros, com declarações que tentam semear a divisão entre os holandeses e emigrados. Para as autoridades holandesas não é a inflação a verdadeira causa da situação, mas a existência de milhares de trabalhadores estrangeiros, quer legais, quer ilegais.

Numa entrevista concedida a um dos maiores jornais holandeses ( o « Het Parool » ), o director do Arbeidsbureau in Amsterdam ( Departamento de Trabalho em Amsterdam ) começa por dizer que « o Arbeidsbureau não pode trabalhar com organizações como a Amnistia Internacional porque esta organização traz pessoas ilegalmente para o país ». Isto quer dizer que o Arbeidsbureau é contra a concessão da autorização de trabalho ( Werkvergunning ) a estrangeiros que vêm para a Holanda por motivos políticos. Eis mais uma ameaça contra a legislação dos refugiados políticos portugueses.

Segundo a versão do director do Departamento do Trabalho, os estrangeiros são os culpados da crise do desemprego. Segundo este senhor, os estrangeiros, que estão ilegais, são preferidos pelos patrões porque são mais mal pagos que os holandeses. Diz que é necessário parar com esta situação acabando com os trabalhadores ilegais.

Concluindo, estamos, pois, perante uma situação clara de discriminação contra os trabalhadores estrangeiros e contra os refugiados políticos.

**LUXEMBURGO**

**ACORDOS DA EMIGRAÇÃO E RACISMO**

Em 20 de Maio de 1970, o governo fascista de Caetano e o governo luxemburguês assinaram um acordo tendente a acabar com a emigração clandestina para este país.

Entre 1970 e 1972 o governo luxemburguês não pôs em prática esse acordo pois os capitalistas luxemburgueses, continuavam interessados na mão de obra barata e aoundante que representava a emigração clandestina portuguesa.

A crise actual que atravessa o capitalismo fez com que o Luxemburgo, também, resolvesse controlar de perto a emigração. Ao mesmo tempo, o governo do Grande Ducado desenvolvia uma intensa campanha racista tendente a desviar os trabalhadores luxemburgueses do seu verdadeiro inimigo. Recentemente o ministro da justiça, Eugène Schaus, membro do Partido Democrático, dirigia aos patrões do Grande Ducado uma circular racista pedindo-lhes para recusarem o emprego aos trabalhadores de cor. É pois, neste contexto, que entraram em vigor os acordos da emigração.

O trabalhador português que

**a mulher emigrada**  
**A MULHER E O DESEMPREGO**

O seu nº 10 o jornal *O Salto* inseria um artigo onde era analisado o problema do desemprego em geral. No seguimento deste artigo, damos hoje alguns números que mostram a repercussão do desemprego no que diz respeito a Portugal.

A crise da economia, que ameaça cada vez mais os países capitalistas, tem lançado para o desemprego milhares de operários

e operárias. Também em Portugal verificamos as consequências dum economia baseada na exploração do homem pelo homem; hoje em Portugal, além da exploração de que são vítimas, os trabalhadores e trabalhadoras vêm-se privados do salário ( ainda que miserável ) pelo desemprego.

O desemprego, tal como os baixos salários, as más condições de trabalho, etc., atingem sobre-

tudo as mulheres, cuja situação na sociedade capitalista é ainda pior que a dos homens.

Assim, segundo informações de *Novaport* ( Agência Noticiosa Popular de Portugal ), eis alguns despedimentos recentemente ocorridos em Portugal.

**Distrito de Braga** — Em 232 trabalhadores do têxtil, do calçado, da fabricação do algodão hi-

drófilo e da serração de madeiras, que foram despedidos, 145 são mulheres .

**Distrito do Porto** — Na indústria do têxtil foram despedidos 489 trabalhadores dos quais 418 mulheres.

**Distrito de Leiria** — Foi anunciado o despedimento de 782 operários da indústria de limas e grossas, dos quais 166 mulheres.

**Distrito de Lisboa** — Despedimento de 225 homens e 146 mulheres, trabalhadores das indústrias electrónica, de fabricação de papel, móveis e estofos, tipografia, construção e reparação de navios, comércio de géneros alimentícios e em hotéis, restaurantes e estações de serviço.

**Distrito de Portalegre** — Despedimento de 6 operárias numa empresa de tapeçaria.

**Distrito do Funchal** — 45 despedimentos ( 29 homens e 16 mulheres ) na indústria hoteleira.

A burguesia portuguesa e o governo fascista que a serve, são impotentes para resolverem as crises e contradições que se abatem sobre o sistema capitalista. Isto compreenderam-no já os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país e hoje, cada vez em maior número, as mulheres lutam ao lado dos homens por melhores condições de vida.



**Uma combatente chamada Awa**

Esta história, passada no início da luta de libertação, na Guiné, é o relato verídico dos actos de uma heróica camponesa africana, Awa, que deu a vida pela causa do seu povo. Esta camponesa, vivia numa aldeia, na Guiné, e os crimes dos colonialistas portugueses, o sofrimento e o estado de miséria em que vivia o povo africano, despertaram nela uma revolta profunda. Assim, o apelo do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde ( PAIGC ) encontrou nela um eco vibrante e Awa tornou-se, assim, uma valorosa combatente da liberdade. Na aldeia, ela não se cansa de explicar à população a existência de um partido criado para defender os camponeses, reunir as energias, organizar a resistência e preparar os primeiros actos da guerra do povo.

Um dia, durante a ausência de Awa, chega à aldeia um tenente colonialista português acompanhado dos seus homens e alguns traidores guineenses.

Este criminoso concentra a população no largo e manda os soldados revistarem as palhotas à procura de panfletos, de fotos, ou de algum índice permitindo descobrir simpatizantes da rebelião nascente. Mas, enraivecido por nada ter conseguido encontrar, começa a executar, da sua

própria mão, homens que escolhe ao acaso entre a população. Entretanto Awa volta à aldeia trazendo às costas uma sobrinha doente ; ao ver a cena, Awa, não recua e precipita-se sobre o assassino, para o impedir de continuar a perpetrar crimes contra o seu povo.

Este, vendo-a correr na sua direcção, aponta o revólver e com dois tiros abate Awa e a criança.

Mas o massacre, em vez de ter o efeito de atemorizar a população, apenas veio reforçar a cólera e a decisão de lutar. Nessa mesma noite, os jovens da aldeia decidem juntar-se aos outros combatentes africanos em luta contra o colonialismo português.



**A CRIANÇA E A VIDA**

**Nós somos tristes**

Na noite de Carnaval eu muito triste, e via todas as pessoas magoadas. E a côr do céu também estava aborrecida. E os homens das laranjas sem apregoar. E eu não sabia o que tinha sido. Mas quando a minha Mãe voltou, disse -me : Os polícias voltaram a bater nos vendedores. E eu disse à minha Mãe : Que Chatice ! E a minha Mãe, deu-me um beijo.

Jorge, 8 anos



**Assina « O Salto »**

Amigo leitor : Para *O Salto* poder sair todos os meses é necessário 50 novos assinantes por mês. Apoia-o, pois, fazendo-te assinante ou inscrevendo dois novos assinantes, por meio deste boletim.

	País	normal (a)	de apoio
NOVAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 12 NÚMEROS	França	10 F.F.	20 F.F.
	Alemanha	10 Marcos	20 Marcos
	Holanda	10 Florins	10 Florins
	Bélgica Luxemburgo	130 F.B. "	260 F.B. "
a) No caso de pedido de envio em carta fechada, há um acréscimo de 10 F.F., 10 M., 10 Fl., 130 F.B.			

**BOLETIM DE ASSINATURA**

NOME ..... NOME .....

MORADA ..... MORADA .....

1) Assinatura de 12 números ..... normal  
de apoio ..... normal  
( riscar o que não interessa )

Com início em «O Salto» Nº .....

# O TOMÁS VOLTOU A SER « ELEITO »

( Continuação da pag. 1 )

« oposicionistas ».

Vamos ver em seguida os principais aspectos e ensinamentos das « eleições » sob a ditadura fascista.

Até 1949 o único candidato foi o marechal Carmona. Era, pois, ele o « eleito » para fantoche de Salazar. Em 1949 aparece, pela primeira vez, um candidato da oposição burguesa, o general Norton de Matos, antigo ministro da República e antigo governador-geral de Angola, com importantes interesses na exploração dos povos africanos. Neste ano, à volta das « eleições » desenvolve-se um largo movimento de massas. O movimento popular, embora continue a travar importantes lutas económicas, utiliza já formas superiores de luta ( concentrações, greves ), e o seu centro de gravidade desloca-se para a luta política. No entanto, este grande movimento político de massas tem ainda uma envergadura limitada, porque as suas reivindicações são, em grande medida, dominadas pela burguesia liberal. Luta-se apenas pelas « eleições livres » e pela « amnistia », sendo as formas de luta mais elevadas as manifestações pacíficas de rua: O movimento não avançou porque a burguesia antifascista não tinha outras reivindicações e outras formas de luta mais avançadas para lhe oferecer e porque a direcção de então do movimento operário não soube seguir uma linha independente em relação à burguesia liberal, linha essa que conduziu o movimento a formas superiores de luta e que desmascarasse a burla « eleitoral » fascista.

O general Norton de Matos desistiu da candidatura dois dias antes das « eleições ». Foi « re-eleito », pois, o único candidato, o marechal Carmona, proposto pela União Nacional, vindo a morrer em 1951, antes do termo do período de 7 anos. Foram marcadas novas eleições para esse ano, para as quais, além do

persistiam quanto à verdadeira natureza das « eleições » fascistas.

## AS « ELEIÇÕES » DE 1958

Em 1958, apresentam-se três candidatos à presidência da República: pela oposição burguesa, Arlindo Vicente; pela União Nacional, o almirante Américo Tomás; e, como candidato independente, isto é, representando os fascistas « descontentes » com Salazar, o general Humberto Delgado, antigo comandante da Legião.

Neste ano, o movimento de massas, que não esquecera as lições anteriores, irrompe enérgicamente. A grande campanha política em torno das « eleições » é muito mais forte que em 1949 e 1951. As reivindicações das massas trabalhadoras são mais radicais, a influência dirigente da burguesia liberal declina, as massas trabalhadoras dispõem-se a entrar em choque com as forças repressivas fascistas. Pela primeira vez, após as manifestações, o proletariado português utiliza a greve política como arma contra a ditadura.

Porém, durante esta campanha « eleitoral », tendo sido a direcção do movimento operário e democrático usurpada pelo oportunismo de direita que advogava a « solução pacífica do problema português », a « morte pacífica de Salazar » e a « unificação da família portuguesa », o candidato democrático, Arlindo Vicente, desistiu em favor de Humberto Delgado para que, nas urnas, se estabelecesse « unidade de acção contra o governo ». A direcção do movimento democrático, ao depositar confiança num homem como Delgado ( que até então fora figura destacada do regime no poder, que fora nomeadamente um dos organizadores da Legião e da Mocidade Portuguesa e que se destacara na repressão aos povos africanos ) pelo simples facto de este ter contradições com Salazar, estava a

camponeses, quando das manifestações políticas de 1961-1962, não precisaram de qualquer apoio « eleitoral » para levantar as reivindicações revolucionárias de Pão, Paz e Liberdade. Entrando em choque com as forças armadas da repressão fascista e gritando em poderosas manifestações de rua « Queremos armas ! », as massas populares mostraram ter completamente perdido as ilusões nas « mínimas possibilidades legais » e na « solução pacífica », apesar de toda a acção freadora daqueles que então se pretendiam fazer passar por autênticos representantes dos trabalhadores.

Nesse ano de 1962, o povo insurgiu-se e pegou em armas contra a ditadura fascista. Por falta de uma direcção realmente defensora dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, a burguesia revolucionária colocou-se à frente do movimento que se concretiza numa tentativa falhada de golpe de Estado. Foi o assalto ao quartel de Beja, no qual participou uma maioria de militantes operários, quase todos originários da zona industrial da margem sul do Tejo, onde importantes manifestações de rua tinham tido lugar pouco tempo antes. No entanto, dado que acabou por ser um golpe militar e não uma insurreição popular, o assalto ao quartel de Beja tinha necessariamente que falhar. Porém, a acção de Beja, errada na forma que assumiu, indicou a única via para o derrubamento do fascismo — a via da luta armada popular, já apontada com o 18 de Janeiro de 1934.

## A UTILIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES PELA CLASSE OPERÁRIA

Apesar das lições trazidas repetidamente pela prática do movimento popular durante as « eleições » fascistas, os oportunistas falsos amigos dos trabalhadores, representantes da burguesia no seio do movimento operário, tentam ainda espalhar ilusões quanto às « possibilidades » de utilização das « eleições ». Como seria descarado demais falar em participação nas « eleições » para a presidência da República, e até porque o próprio fascismo já o não permite, eles agora fazem muito barulho em volta das « campanhas eleitorais » para deputados à Assembleia Nacional. tentam estes senhores espalhar entre as massas a ilusão de que seria possível eleger para a câmara de deputados fascistas uns quantos representantes « democráticos » que, dizem eles, iriam fazer qualquer coisa (!!!). Vai a tal ponto a sua traição ao movimento popular que « comissões unitárias » destes senhores se têm avistado com alguns dos deputados « liberais » fascistas...

Tentam eles justificar estes actos de traição afirmando que aplicam uma política justa de aproveitamento das eleições pela classe operária política essa que seguiria os princípios enunciados pelos dirigentes mais destacados do movimento operário. Uma tal tentativa constitui mais uma falsificação a juntar às tantas já por eles praticadas. Porém, qual é a realidade?

Num sistema de democracia burguesa em que há liberdade de associação, de imprensa, de constituição de partidos políticos, eleições livres, etc., o proletariado deve servir-se destas liberdades para mostrar quanto elas são falsas e enganadoras, truncadas e limitadas, enquanto o poder político e económico estiver nas mãos duma minoria exploradora. De igual modo, em relação aos parlamentos da burguesia ( como, de resto, em relação aos sindicatos reaccionários ) deve a classe operária lutar no seu terreno com vistas a denunciá-los perante as massas como autênticas armas que são do inimigo de



Em 1962, o povo português compreende que a violência revolucionária é a única via para se opôr ao fascismo.

classe. A classe operária, em regimes de democracia burguesa, deve tentar eleger para o Parlamento representantes seus, não com o objectivo de os tornar ministros ( a participação de renegados a classe operária nos governos burgueses, já há muito mostrou que, tendo a burguesia no poder, não é um ministro « operário » que vai modificar a situação dos trabalhadores ), mas com o objectivo de minar por dentro o edifício do próprio Parlamento, de utilizá-lo como uma tribuna para denunciar a falsidade da democracia burguesa, para fazer propaganda das posições do movimento operário com o objectivo de educar politicamente as amplas massas populares. Como dizia o famoso dirigente da classe operária Frederico Engels, os representantes operários no Parlamento devem « sustentá-lo como a corda sustenta o enforcado ». Uma vez feita essa educação política, uma vez as massas tendo perdido as ilusões na luta parlamentar e compreendido a necessidade de se passar a formas superiores de luta, a direcção política da classe operária já não pode persistir nessa forma de luta. Nesse caso, ela deve indicar às massas a adopção de novas lutas mais avançadas e eficazes.

## COMO UTILIZAR AS « ELEIÇÕES » FASCISTAS ?

Isto no que se refere à utilização dos parlamentos em regime democrático burgueses, onde, como se sabe, a burguesia concede algumas « liberdades » para encobrir a sua ditadura. Pergunta-se: deverá a classe operária seguir a mesma política no regime fascista, que é o regime terrorista da burguesia dos monopólios? Sim, deve. Mesmo no regime fascista, apesar de se saber antecipadamente que a burguesia não vai permitir a eleição de nenhum representante operário para a sua « Assembleia Nacional » ( ou antigamente para Presidente da República ), as « eleições » devem ser aproveitadas para desmascarar essa farsa com que os fascistas procuram atribuir a « legalidade » e « legitimidade » ao seu regime. As « eleições » em regime fascista são, pois, igualmente, um meio de educação dos trabalhadores, um meio de lhes mostrar como elas não lhes servem para nada, o meio de deixarem de acreditar nelas.

Simplemente, em Portugal, esta aprendizagem por parte das massas já foi feita. Em Portugal as massas trabalhadoras já compreendem que « isto só vai é à porrada ». A partir desse momen-

to, a tarefa dos dirigentes da classe operária é de se colocarem na vanguarda das massas e organizarem a luta violenta contra o Estado fascista.

Contudo, há indivíduos que se dizem « amigos » e « representantes » dos trabalhadores e que, em vez de corresponderem às novas aspirações das massas, persistem em ensinar às massas uma coisa que elas já aprenderam há muito: que as « eleições » fascistas são uma farsa e que, para derrubar o fascismo é preciso recorrer-se à força. No fim de contas, nestas circunstâncias, continuando a chamar os trabalhadores às « eleições », os falsos amigos dos trabalhadores apenas estão a desviá-los da forma de luta que deveria ser a actual, a luta violenta, estão a travar o movimento popular, impedindo-o de passar a novas etapas.

Mas será isto uma « falta de compreensão », dos falsos amigos dos trabalhadores, ou corresponderá a sua atitude aos seus interesses? O que se verifica é que esses falsos amigos dos trabalhadores são na realidade reais amigos da burguesia liberal. Esta, interessada numa mudança do regime mas ao mesmo tempo opondo-se à revolução popular, procura, com as suas campanhas « eleitorais » actuais, sustentar os trabalhadores, impedir que eles passem da fase da luta pacífica à fase da luta violenta.

Em relação às « campanhas eleitorais » que o fascismo organiza de vez em quando para « legalizar » a sua existência, os representantes dos trabalhadores, se querem sê-lo realmente, só podem seguir uma política: denunciar as burlas « eleitorais » fascistas, denunciar a burguesia liberal e os falsos amigos dos trabalhadores que espalham ilusões acerca delas, aproveitar o momento político que nessas alturas se cria para educar e mobilizar as massas trabalhadoras com vistas a organizar amplas acções e a utilizar formas de luta que transbordem para além dos limites que a burguesia lhes pretende impôr.

Tal é a política justa que devem seguir os representantes do movimento operário e popular nas actuais condições concretas de Portugal. Todo o palavreado eleitoralista dos oportunistas, que se pretende encobrir com uma capa « científica », é, de resto, desmentido pelas próprias massas populares, que desde há muito já deixaram de acreditar nas suas « campanhas ». Basta ver alguns dados das últimas « eleições » para deputados ( 1969 ). Houve então cerca de 700 mil abstenções, ou seja 40 % do total dos inscritos. Se considerarmos que os legionários e pides votaram em várias assembleias de voto e a batota descarada feita nas zonas rurais do Norte e Centro do País, podemos afirmar que na realidade mais de metade do eleitorado não foi às urnas.

Apresentamos ao lado um quadro que mostra bem que nas zonas mais politizadas do País se verificou o maior número de abstenções ( e isso entre 1.809.780 inscritos, o que nem chega a 22 % do total da população ).



Em 1949, manifestação popular durante a campanha eleitoral de Norton de Matos

candidato fascista, se apresentaram outros dois candidatos: o prof. Rui Luis Gomes, pela oposição democrática, ao qual não foram reconhecidas condições para ser eleito pelo Supremo Tribunal fascista, e o almirante Quintão Meireles, candidato independente, que desistiu da sua candidatura depois de adquirir a « certeza de que o acto eleitoral não decorria nas condições indispensáveis à seriedade... ». A União Nacional propôs como candidato o general fascista Craveiro Lopes, deputado à Assembleia Nacional, antigo comandante da Legião Portuguesa e que, quando proposto Presidente da República, era comandante da 3ª Região Militar ( Tomar ).

Como não podia deixar de ser, é « eleito » o general Craveiro Lopes, proposto pela burguesia fascista no poder.

Durante esta candidatura, a direcção do movimento operário, tendo a cabeça o seu grande dirigente José Gregório, soube seguir uma linha justa de desmistificação da burla « eleitoral » e de combate às concepções oportunistas de direita no seio do movimento democrático, linha essa que muito contribuiu para a educação política das massas populares e para varrer as ilusões que

desmobilizar o movimento popular antifascista e a criar ilusões nas massas quanto às « possibilidades » de vitória das forças democráticas através das « eleições » fascistas. Desta posição oportunista se veio ressentir o movimento de oposição popular que, apesar das importantes acções conduzidas, não entrou, no entanto, em formas superiores de luta que permitissem realmente derrubar o fascismo. Assim, pôde o regime sair mais uma vez vencedor e organizar a contra-ofensiva.

Os largos movimentos de massas desenvolvidos em torno das « eleições » de 1949, 1951 e 1958, assustaram a burguesia fascista. Com a desculpa de impedir « um golpe de Estado constitucional » ( ela nunca corria risco pois, como sabemos, era sempre « eleito » o seu candidato ainda que a maioria dos votos não fosse para ele ), ela efectuou uma revisão constitucional e mudou o sistema de « eleição » estabelecido em 1933 para o sistema do « colégio eleitoral » actualmente utilizado. Com isso pretendeu a burguesia fascista impedir que, por altura das « eleições », as massas pudessem desencadear movimentos insurreccionais contra o regime fascista.

Mas, a classe operária e os

### PERCENTAGEM DE ABSTENÇÕES

Distrito de Lisboa	51,4
Distrito de Setúbal	53
Cidade de Lisboa	51
Conselho de Alpiarça	47
Conselho do Barreiro	49
Conselho de Almada	56
Conselho da Marinha Grande	43
Conselho da Moita	44
Conselho de Vila Franca de Xira	58
Conselho de Loures	61



Alguns aspectos da final da Taça da União e da Festa de 14 de Julho

## A TAÇA DA UNIÃO DE 1972 UM BALANÇO POSITIVO

Como estava anunciado, o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados ( M.T.P.E. ) levou a efeito, nos dias 14, 15 e 16 de Julho último, a parte final da Taça da União.

Do programa desta manifestação do desporto popular constava as eliminatórias do Torneio da Amizade, da Taça da União, as respectivas finais e a atribuição do Prémio de Desportivismo.

Com a presença de algumas centenas de pessoas, a grande maioria dos jogos decorreram dentro de um espírito de verdadeira união e camaradagem fazendo deste encontro de trabalhadores portugueses emigrados na Europa um ponto alto da história do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

Os resultados desportivos vieram já anunciados no número anterior do nosso jornal. É, no entanto, interessante assinalar que estes clubes não só ganharam em golos como também deram provas de um apreciável nível de correcção e desportivismo.

Agora, que esta primeira Taça da União terminou, achamos necessário fazer um balanço dos êxitos e das falhas, para que, no próximo ano, possamos melhorar todos os aspectos de organização procurando, assim, levar mais longe o alargamento e o reforço do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

Um outro ponto que merece, também, a nossa reflexão foi o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva nas outras regiões da França e noutros países.

Se é certo que podemos considerar que o número de clubes participantes foi razoável, não devemos deixar de afirmar que a Comissão Executiva poderia ter desenvolvido mais trabalho com o objectivo de, nas outras zonas, a mobilização de participantes atingir o nível da de Paris.

Analisámos atrás as «derrotas» da Taça da União. Vejamos, agora, o que constitui, em nosso entender, o êxito desta manifestação de desporto popular.

Em primeiro lugar, assinalamos a entrecruzada entre clubes ainda em formação e outros já existentes. As suas trocas de experiências sobre a organização de um clube e a sua vida associativa foram um incentivo e um ensinamento para os jovens clubes. Outros aspectos importantes foram: a construção de uma unidade de pontos de vista conseguida através das discussões conjuntas, o combate ao vedetismo e à competição fanática, enfim, a resolução conjunta de todos os problemas.

Mas, uma das maiores vitórias da Taça da União foi o desmascaramento cabal da acção dos Bancos e Consulados. «A sua po-

lítica de rapina, através de «ofertas» e «persuassões», não consegue, nem conseguirá, destruir a independência das associações e clubes. Como ficou provado, nós não precisamos de patrões ou doutores para gerir um clube. Em conjunto, discutindo e ultrapassando as nossas dificuldades, daremos a esses parasitas o lugar que merecem — o caixote do lixo.»<sup>1</sup>

Em resumo, podemos, pois, considerar que o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emi-

grados deu um grande passo em frente ao realizar a Taça da União.

Se, na sua primeira edição, a Taça da União não foi perfeita em todos os seus aspectos, o certo é que o seu sucesso e a sua contribuição para a União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados são incontestáveis. Dos erros cometidos devemos, pois, aprender e no próximo ano não os repetir, fazendo com que a Taça da União de 1973 seja um êxito ainda maior.

## APELO AOS ATLETAS EMIGRADOS

« Devemos também desejar que os desportistas sejam em maior número ; que nós, os simples desportistas, sejamos numerosos, porque, no fim de contas, são os simples desportistas e o carácter de massa do desporto que são decisivos ».

Viatcheslav Molotov

A Federação Desportiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados ( F.D.T.P.E. ) tem conhecimento de muitos atletas que emigraram. A maioria deles, alguns de muito valor apesar do completo abandono a que é votado o atletismo em Portugal, depois de emigrarem, deixaram de

praticar por completo o atletismo. Além destes, existem ainda jovens portugueses que, tanto nas escolas como nos liceus e clubes dos países onde habitam, praticam atletismo.

Realizando-se no mês de Junho de 1973 os primeiros « Jogos Florais Portugueses da Emigração », seria de lamentar que no desporto só houvesse futebol e ping-pong e estivesse ausente do estádio o atletismo.

A F.D.T.P.E. apela os atletas portugueses emigrados a entrarem em contacto com esta federação com o fim de se organizar uma reunião de preparação das provas de atletismo dos « Jogos Florais ».

## A Taça da União de 1973

Para que cada vez mais clubes se juntem a nós e venham reforçar as fileiras do M.T.P.E., é absolutamente necessário que todos os esforços sejam coordenados. Foi assim que nasceu a Federação Desportiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados ( F.D.T.P.E. ) que é uma secção do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados. Dizia-se no último número do nosso jornal a propósito da sua formação, que a Federação «tem por fins, através da prática do desporto :

1) Preservar e melhorar as capacidades físicas dos trabalhadores portugueses

2) Inculcar aos seus aderentes os princípios de camaradagem, amizade e união. »

Neste sentido, a Federação terá para o ano a responsabilidade de organizar a Taça da União assim como outras realizações desportivas, fazendo aplicar rigorosamente o regulamento disciplinar desde o início. A Federação terá a responsabilidade de punir com os regulamentos toda a falta de correcção dos jogadores e impedir que o ambiente de desportivismo se degrade.

A final da Taça da União realizar-se-à em Junho de 1973 e será uma das manifestações dos Jogos Florais Portugueses. Para isso é necessário que a sua preparação se faça desde já e que todos os clubes interessados em participar entrem em contacto com a Federação Desportiva.

Para tal devem escrever para:

M.T.P.E.

Federação Desportiva

56, Rue de la Fontaine-au-Roi  
PARIS XI

NOTA : (1) Transcrição do editorial «Há que continuar» do Salto, 11

## A NECESSIDADE DA DISCIPLINA

Logo após a 1ª Reunião Inter-Associativa, a Comissão Executiva da Taça da União começou a desenvolver o seu trabalho no sentido de chamar o maior número de clubes a participarem nesta realização. Na região de Paris, pode dizer-se que este trabalho atingiu o seu objectivo, visto que no início das eliminatórias havia oito clubes inscritos.

A partir daí, o nosso esforço dirigiu-se, pois, no sentido de, através da discussão, unir o mais possível todos os clubes, fazer aplicar os regulamentos, apreciar em conjunto todos os problemas que iam surgindo e elevar o nível de desportivismo entre os jogadores.

E se o trabalho anterior tinha sido totalmente levado a cabo, este também o foi na sua grande parte. Mas, como vieram a demonstrar algumas falhas ocorridas na final, não foi coroado de êxito absoluto. A Comissão Executiva da Taça da União, apesar de ter dado grande relevo ao desportivismo, tendeu a trabalhar sempre com a convicção de que o desporto não deve servir para separar os trabalhadores mas sim para os unir, não soube pôr desde início um travão a certas faltas de disciplina desportiva cometidas por alguns jogadores. E este erro veio a ter consequências bastante negativas. É necessário castigar as faltas de desportivismo aplicando com rigor o regulamento. Esta é uma importante lição a tirar e a aplicar nas taças dos próximos anos.

## CORRIGINDO AVANÇAMOS

( Continuação da pag. 1 )

res que afirmassem : « todos os números d' « O Salto » trazem a mesma coisa ! ». Hoje os artigos começam já a ser feitos com mais cuidado, os assuntos são mais estudados. Ainda se escrevem, contudo, artigos onde se contam coisas que todos nós já conhecemos. É preciso continuar o esforço para mostrar as razões dos acontecimentos relatados, para tornar os artigos ricos e vivos. Na melhoria deste aspecto do jornal tem uma grande importância o envio regular, pelos leitores, de notícias, fotografias e informações várias para a redacção.

### ASPECTO GRÁFICO

Depois de um período de ensaio já se vai saindo do amadorismo neste campo. Hoje já existe uma certa unidade de estilo de número para número.

Há a preocupação de tornar o jornal de fácil leitura embora, ainda, por vezes, certa disposição dos artigos seja confusa e certos títulos não estejam bem colocados.

Onde não se pode afirmar que tenha havido verdadeiras melhorias é na correcção dos erros ortográficos e gráficos. Continua a haver muitos erros, palavras mal escritas, títulos trocados, continuações que não continuam nos sítios indicados. Esta é uma primeira correcção importante a fazer.

### UM JORNAL MENSAL ?

A regularidade tem sido o problema mais grave do jornal. Criado para ser mensal, ele só tem saído de dois em dois meses. Este número é o primeiro mensal. É um primeiro passo, mas não é seguro que seja o definitivo. Hoje o jornal pode ser mensal, mas para isso é preciso que todos cerremos os dentes, leitores, associações e sobretudo nós e os nossos próximos colaboradores.

### O M.T.P.E.

No princípio de 1972, deu-se um grande passo em frente com a realização da 1ª Reunião Inter-Associativa e a criação do M.T.P.E. Este acontecimento encheu de entusiasmo todos os participantes. Havia e há a certeza que algo de novo se iniciava.

Durante o ano realizaram-se três festas inter-associativas : na Holanda, em Paris no 1º de Maio e no 14 de Julho. O espírito inter-associativo nas duas primeiras foi exemplar.

No entanto, há que constatar que algumas associações se deixam ainda ficar fechadas no seu canto. É preciso sair daí, é preciso alargar a colaboração inter-associativa se queremos opôr aos bancos e consulados um movimento suficientemente forte para impedir que eles se reimplantem no seio da emigração.

Neste capítulo, reveste-se de uma grande importância a publicação do boletim do M.T.P.E. — UNIÃO.

O ponto alto das actividades inter-associativas foi a realização da Taça da União. A sua realização e a larga participação ( onze clubes ) foi a prova cabal do descrédito das associações fascistas que tentaram, em vão, através do « Mundo Português » sabotar a Taça da União. Nesta Taça viu-se, através das reuniões com dirigentes e jogadores, que era possível combater o espírito competitivo, do « ganha ou mata », mas que para isso é preciso mobilizar as massas e ter confiança nelas, para fazer aplicar o regulamento de disciplina desportiva, o que nem sempre foi feito.

### PROMETIDO É DEVIDO

Se os erros acima apontados são a consequência de um trabalho que se desenvolve, que começa a sair da sua primeira infância, o mesmo não se pode dizer do não cumprimento do que se promete. Referimo-nos a termos prometido que « O Salto » sairia mensal em Maio e ao programa do arraial do 14 de Julho.

No primeiro caso houve precipitação, pensar que se pode fazer mais do que, de facto, se é capaz.

No programa do arraial dizia-se que actuariam um rancho folclórico, um coro e dois grupos de teatro. Ora, só actuou um grupo de teatro. Nós sabemos que, à última hora, um grupo contratado pode faltar. Mas este não foi o caso. Se eles não actuaram foi porque o programa não foi bem preparado. Este erro teve

uma dupla consequência : por um lado, tirou à festa o seu conteúdo cultural, por outro, poderá ter levado algumas pessoas a desconfiarem dos futuros programas.

No futuro, o trabalho tem que ser melhor planificado pois tais erros não se podem voltar a cometer.

### UM NOVO ANO

Primeiro que tudo devemos concentrar os nossos esforços para que « O Salto » possa sair sempre mensalmente. Para isso devemos desenvolver as vendas e a « colecta permanente », através duma larga campanha junto das associações e leitores. Em seguida, continuaremos o trabalho iniciado com a primeira reunião inter-associativa, desenvolvendo o movimento dos trabalhadores portugueses emigrados. A realização dos primeiros Jogos Florais Portugueses na emigração é, neste capítulo, a nossa tarefa principal.

Nestas colunas continuaremos a analisar regularmente o nosso trabalho pois que, tal como a cara de um homem, ele precisa de ser lavado todos os dias.

Não aos bancos !  
Não aos consulados !  
Vivam as associações dos trabalhadores !

Saudações fraternais

A Comissão Permanente do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

Paris, 18 de Agosto de 1972

# Rompendo o muro da censura fascista

## PARTIDO COMUNISTA DE PORTUGAL ( marxista-leninista )

No fim do artigo, com este título, publicado n.º *Salto* n.º 11, lançámos um apelo para que os leitores nos enviassem as críticas e as informações que o pudessem completar.

A correspondência, sobre este assunto, que recebemos, prova o interesse que despertou este artigo e a necessidade que sentem os leitores de *O Salto* de serem informados sobre os partidos políticos existentes em Portugal. Têm, neste capítulo, um interesse particular, as cartas que recebemos dos próprios partidos políticos.

Começamos, neste número, a publicação, por ordem de chegada, do correio recebido. As cartas que hoje publicamos provam as limitações do nosso artigo. De facto, os títulos da Acção Socialista e da Acção Democrata-Social, estavam invertidos por erro gráfico. O capítulo dedicado ao P.C.P. (m-l) não defenia bem as posições deste partido e a carta recebida vem defendê-lo melhor.

### ACÇÃO SOCIALISTA PORTUGUESA

Caros Amigos:

Li com bastante interesse o vosso artigo intitulado: «Rompendo o Muro da Censura Fascista». Noto-lhe, no entanto, alguns lapsos, um dos quais, passo a mencionar.

Tendo assistido a algumas aulas do Dr. Mário Soares, na Faculdade de Vincennes, é com particular empenho que venho seguindo a sua actividade política. No meu entender o vosso artigo concedia muito pouco espaço à «A.S.P.». Para preencher esta lacuna, sugeria-vos que entrevistassem o Dr. Mário Soares.

Faço-vos notar que o título do capítulo dedicado à «A.S.P.» estava trocado com o dos sociais democratas de direita da «Acção Democrata Social». Saudações anti-fascistas

( segue-se assinatura ilegível )

escreve  
para:

Correio  
do Leitor

Caros camaradas:

Dirigimo-vos esta carta por motivo do vosso artigo «Rompendo o Muro da Censura Fascista», publicado no n.º 11 do vosso jornal.

No nosso entender o artigo tem aspectos positivos. O primeiro é dar aos trabalhadores portugueses emigrados uma panorâmica do que são os principais grupos e correntes políticas que se dizem encarnar os interesses da classe operária. O segundo é romper com a concepção estreita de neutralidade política que consiste em não falar das coisas que existem no mundo e de fazer delas tabus. O artigo, respeitando a neutralidade em relação a partidos que se impõe a um jornal unitário como o vosso, aborda audaciosamente o tema dos partidos políticos. Sem tomar uma posição quanto aos partidos, o artigo cumpre a sua missão que é informar a classe operária que partidos existem e o que são. Por isto os nossos aplausos.

Contudo, ainda no nosso entender, o artigo enferma de algumas deficiências. A primeira é de ser tão curto para abordar um tema tão vasto. A segunda é de, talvez com uma preocupação excessiva de neutralidade, fugir um pouco à realidade ou omitir certos factos fundamentais, o que vai dar ao mesmo. Vejamos concretamente.

#### O ARTIGO NÃO SE REFERE AO REVISIONISMO MODERNO

O artigo indica que vários partidos e organizações se reclamam do marxismo-leninismo, teoria científica que guia a classe operária à vitória. Contudo, há profundas divergências entre todos esses que se dizem «marxistas-leninistas». É que, dado o prestígio do marxismo-leninismo no mundo, hoje os burgueses vêm-se obrigados a dizer-se marxistas-leninistas para enganar a classe operária. Mas basta um exame simples para descobrir as brechas desses que apregoam vinho e vendem vinagre. Destes, os mais perigosos são os revisionistas modernos, tais como Kruchtchev, Brejnev, Cunhal, Tito, etc.

Quais são as posições essenciais dos revisionistas modernos? 1º, dizem-se de Lénine, mas atacam o seu continuador, Josef Stáline; 2º, dizem que já não há classes na União Soviética, mas restauram o capitalismo a partir de 1956; 3º, em vez do partido de vanguarda da classe operária a dirigir as massas trabalhadoras na luta, falam em «partido de todo o povo», portanto sem um ca-

rácter de vanguarda; 4º, sob o pretexto de manterem relações a nível de Estado com os países de regime social diferente, como Lénine e Stáline fizeram, colaboram estreitamente com o imperialismo no abafamento da revolução em todo o mundo; 5º, dizem que já não é preciso os povos fazerem a revolução pois chegariam ao socialismo pela «via pacífica».

#### O ARTIGO APRESENTA O PCP ( m-l ) COMO SE FOSSE UM NOVO PARTIDO

O artigo apresenta o Partido Comunista de Portugal ( marxista-leninista ) como se ele fosse um novo partido, e o partido de Cunhal como se fosse o Partido Comunista Português, fundado em 1921. Na realidade, o PCP ( m-l ) é o Partido Comunista Português, fundado em 1921, no qual militaram Militão Ribeiro, José Gregório e o próprio Cunhal. O chamado «Partido Comunista Português», hoje de Cunhal, é um novo partido.

Como vós haveis indicado no vosso artigo, o PCP foi fundado em 1921 e, até 1955, oscilou entre a defesa dos interesses da classe operária e a sua subjugação à burguesia liberal. Em 1955, o camarada José Gregório, que se encontrava à cabeça do Partido, foi afastado por doença. Oportunistas disfarçados de comunistas que o rodeavam aproveitaram-se do facto para tomarem a direcção do PCP.

Em 1956, sob a influência do revisionismo internacional, com o renegado Kruchtchev à cabeça, esses oportunistas liquidaram o PCP, aproveitaram-se dos seus aparelhos e do seu nome para fundarem o seu novo partido, o partido revisionista. Os principais liquidadores foram Vilariques, Pires Jorge, Fogaça, Dias Lourenço e Pedro Soares. Entretanto continuaram a militar no novo partido, revisionista, comunistas sinceros, acreditando que dum partido comunista se tratava. Em 1961, depois da fuga do forte de Peniche, Cunhal, vendo a desagregação total que ameaçava o partido revisionista, e também pressionado pelos comunistas sinceros, é obrigado a aplicar uma série de medidas que pintavam o seu partido de cores vermelhas mas que não alteravam em nada o essencial: o chamado «PCP» de Cunhal não passava dum partido revisionista que não pretende a revolução em Portugal e conduzir os trabalhadores à tomada do poder mas apenas dar-lhes umas reformas, umas mi-

galhas para os enganar.

Apercebendo-se da situação existente, os autênticos comunistas, a partir de 1964, começaram o seu trabalho com vistas à reorganização do Partido Comunista que havia sido liquidado em 1956 pelos revisionistas modernos. O trabalho de reorganização do Partido Comunista foi coroado de êxito em 1970, com a celebração do V Congresso, que reorganizou o Partido Comunista. Dado que os revisionistas usam, abusivamente, o antigo nome do Partido («Partido Comunista Português»), o V Congresso decidiu, para evitar confusões, denominar o nosso Partido *Partido Comunista de Portugal ( marxista-leninista )*, o mesmo fazendo para o nome dos jornais.

O nosso Partido, reorganizado em 1970, é, afinal, o Partido fundado em 1921 e que havia sido liquidado em 1956, é o Partido de Alfredo Dinis, Militão Ribeiro e José Gregório. O novo partido é o de Cunhal, o revisionista.

#### O ARTIGO NÃO DISTINGUE AS PALAVRAS DE CUNHAL DA REALIDADE

Procurando ser objectivo, o artigo cita o programa do partido de Cunhal, no qual este se diz pela «insurreição popular armada». Mas a realidade é bem diferente. Cunhal, assim como o seu partido revisionista, é um inimigo da revolução e da insurreição popular armada.

Quando, em 1962, o movimento popular em Portugal se encaminhava para a insurreição, quando os trabalhadores reclamavam armas para se baterem contra o fascismo, os revisionistas de Cunhal, em vez de organizarem o povo para a luta, em vez de o armarem, não fizeram mais do que dizer que as condições não estavam criadas. Ora toda a gente sabe que em 1962 o partido revisionista era bastante forte em todo o país. Depois de 1962 os revisionistas nunca procuraram formar destacamentos armados de trabalhadores e combatem essa ideia, chamando «terroristas» aos trabalhadores que defendiam a luta armada.

Mas dado que os trabalhadores começaram a perceber quem eram os revisionistas, estes viram-se obrigados, há pouco tempo, a apadrinhar a ARA, que coloca de vez em quando uma bombinha em Portugal. Então, como é que se compreende que os revisionistas de Cunhal combatam a insurreição popular e apadrinhem a ARA? É que a ARA não passa dum *meia-dúzia* de revisionistas que nunca há-de derrubar o fascismo. Para derrubar o fascismo é preciso um exército de trabalhadores armados, e a isso Cunhal opõe-se. Entretanto, com o fumo que as bombinhas inofensivas da ARA deitam, Cunhal pretende fechar os olhos aos trabalhadores que são partidários da luta armada.

#### O ARTIGO NÃO DISTINGUE A LUTA ARMADA POPULAR DAS CONCEPÇÕES PEQUENO-BURGUESAS

O artigo limita-se a referir os partidos e organizações que se pronunciam pela luta armada. Contudo, não chega a fazer uma distinção entre as três concep-

ções principais que hoje existem no seio das forças anti-fascistas. A primeira é a luta armada popular travada pelo exército dos trabalhadores armados, força poderosa e única capaz de derrubar o fascismo e levar os trabalhadores ao poder. A segunda é o golpe-de-estado dos oficiais burgueses que apenas poderia levar outro clã da burguesia ao poder. E a terceira são as acções armadas isoladas das massas conduzidas por meia dúzia de «heróis» que julgam que, eles sós, são capazes de derrubar o fascismo. O PCP ( m-l ) pronuncia-se pela primeira. O partido revisionista de Cunhal pronuncia-se pela segunda, o golpe-de-estado, e a sua luta é, servindo-se das massas como carne para canhão, criar um clima favorável ao golpe-de-estado. Os grupos pequeno-burgueses radicais tais como «O Comunista», «O Bolchevista», «Frente Patriótica» de Argel e as suas «Brigadas Revolucionárias», «Unidade Revolucionária Marxista-Leninista», etc., pronunciam-se pela terceira, as acções isoladas das massas. A FAP, que teve os seus méritos, sofreu igualmente desta concepção pequeno-burguesa radical.

Neste momento a tarefa do PCP ( m-l ) é consolidar a sua organização de modo a criar as bases essenciais para se lançar na mobilização das largas massas populares e na criação dos primeiros destacamentos armados que constituirão o embrião do futuro exército popular.

Eis, camaradas, o essencial dos reparos que temos a fazer ao vosso artigo. Outras pequenas observações tínhamos a fazer, mas, dado que não são fundamentais e para não nos alargarmos mais, terminamos aqui. Podeis dar a esta carta o destino que entenderem.

Morte ao Fascismo!  
Democracia Popular!

6 de Agosto de 1972

O Comité Regional do Exterior  
do Partido Comunista  
de Portugal  
( marxista-leninista )

### A situação actual

( Continuação da pag. 4 )

Foi ainda criado em Paris um outro Comité de Apoio que, na sua declaração de 25 de Maio, reclama o direito ao refúgio político para os jovens que se recusam a fazer a guerra colonial.

Têm ainda tomado posição contra os acordos da emigração e a favor da reivindicação «Direito ao Refúgio Político» cada vez mais organizações e jornais progressistas como, por exemplo, os jornais franceses «Hebdo Témoignage Crétien», «Nouvel Observateur», «Politique Hebdo», «Tribune Socialiste» etc.

Assim, nós vemos que um poderoso movimento começa a nascer em França no sentido de apoiar a luta do povo português contra a guerra colonial.

O Salto saúda calorosamente todas as organizações criadas dentro deste espírito.

O Salto  
B.P. 95

75 522 PARIS  
CEDEX 11



# Anti-colonialista cubano condenado pelo tribunal militar fascista

Paris, 8 de Agosto de 1972 (NOVAPORT).  
O Supremo Tribunal Militar fascista que funcionou em Santa Clara condenou, no passado dia 27 de Julho, a 10 anos e um mês de prisão maior o cidadão cubano Pedro Rodriguez Peralta, preso

a 12 de Novembro de 1969 na Guiné-Bissau, onde, animado por um espírito de internacionalismo, combatia pela justa causa da libertação nacional dos povos da Guiné e Cabo Verde.

## QUEM APOIA QUEM?

Os colonialistas portugueses procuram, desesperadamente, impedir que os trabalhadores compreendam que têm nos povos africanos um poderoso aliado, e que o nosso inimigo, aquele a quem devemos fazer uma guerra de morte, é a mesma burguesia que nos diz que devemos ir lutar contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique. Para atingir o seu fim ela lança numerosas campanhas de mentiras infames. Uma dessas mentiras, a mais divulgada, é que a luta de libertação nacional dos povos sob o domínio colonial português não seria mais de que uma tentativa de outras potências para se apoderarem do « bolo colonial ».

Embora ainda haja muitos trabalhadores portugueses que vão nesta cantiga, são cada vez mais os que têm consciência que se os povos das colónias pegaram em armas foi porque compreenderam que este era o único meio para se libertarem.

### OS TRABALHADORES DE TODO O MUNDO APOIAM OS POVOS AFRICANOS

O que acontece é que os trabalhadores e os anti-colonialistas de todo o mundo apoiam a luta de libertação nacional dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique contra o colonialismo português. Este apoio reveste-se das mais variadas formas. Assim, por exemplo, na Holanda, o Comité Angola impôs, no dia 4 de Fevereiro de 1972, um boicote ao café importado de Angola. Em França, trabalhadores das mais diversas nacionalidades deram sangue para os patriotas do P.A.I.G.C.

Poderemos nós dizer que estes

trabalhadores de França ou os anti-colonialistas da Holanda querem comer o « bolo colonial »? Evidentemente que não! O espírito que os anima é outro; é o mesmo espírito que nos leva a entrar em greve por causa duma injustiça de que tenha sido vítima um ou vários camaradas nossos. Esse espírito chama-se solidariedade.

Foi esse espírito de solidariedade internacionalista que levou o anti-colonialista cubano, Pedro Rodriguez Peralta, a abandonar Cuba e a ir compartilhar os sofrimentos e a luta do povo da Guiné-Bissau.

A volta do julgamento de Peralta os fascistas portugueses fizeram uma imensa campanha para tentar convencer o povo português de que os movimentos de libertação são manipulados pelo estrangeiro. Contudo, o povo português e os anti-colonialistas de todo o mundo exigem a libertação de Peralta e condenam mais este crime do tribunal militar fascista.

### « EU ATÉ VI ARMAS CHINESAS ! »

— Mas não há só o apoio dos trabalhadores dos países capitalistas; há também a China! Eu até vi armas chinesas! — afirmam alguns.

Será um crime a República Popular da China oferecer gratuitamente armas aos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique? Mas qual será o dever de um país onde os trabalhadores são senhores do seu destino se não o de pôr todo o seu potencial, toda a sua energia, ao serviço dos trabalhadores que ainda vivem como escravos?

Se a República Popular da China não apoiasse os povos

am: « Vejam, são os cubanos que lutam contra nós! », helicópteros rodesianos e pilotos nazis sul-africanos bombardeavam as populações africanas do norte de Moçambique, ao serviço do Exército Colonial Português, como se pode comprovar pelos artigos ao lado publicados.

É que, enquanto os trabalhadores se unem para a liberdade e o progresso social, as forças da

## MOÇAMBIQUE

### A FRELIMO ABATE UM AVIÃO RODESIANO

Este ano, entre Março e Maio, na província de Tete, um avião militar dos racistas rodesianos e um helicóptero dos colonialistas portugueses foram abatidos, dois comboios explodiram e mais de 250 soldados colonialistas morreram quando das operações dirigidas pelos heróicos combatentes da Frelimo ( Frente de Libertação de Moçambique ) contra o exército colonial português.

Esta notícia foi publicada pela Frelimo num comunicado de guerra em Dar-es-Salam no dia 18 de Julho de 1972. Além disto, notícia igualmente que, a 15 de Março, os colonialistas atacaram uma das suas bases na região de Mocumbura com tropas transportadas em helicópteros. Durante a operação, um helicóptero colonialista foi abatido pelas suas armas anti-aéreas, morrendo quatro oficiais fascistas. A 24 de Maio, um avião rodesiano de reconhecimento militar foi abatido na região de Magué, perto da fronteira rodesiana, quando tentava localizar as bases dos combatentes.



Samora Michael, presidente da FRELIMO, recebe desertores portugueses. Desertar é uma forma de apoiar a luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.

reação unem-se para o crime e a exploração.

A burguesia portuguesa não está só — ela tem o apoio do grande capital internacional, em particular, dos seus mestres: o imperialismo americano e alemão.

As armas com que comete os seus crimes são, na sua maioria, alemãs, americanas e francesas.

Os trabalhadores portugueses que partem para a guerra fazem-

-no ao serviço dos maiores criminosos da terra.

E enquanto a burguesia portuguesa, com medo, esconde quem são os seus mestres, os trabalhadores africanos dizem, com orgulho, que têm o apoio de todos os povos do mundo.

Abaixo o colonialismo, o neo-colonialismo, o imperialismo!

Viva a solidariedade entre os povos!

## MERCENÁRIOS SUL-AFRICANOS NO EXÉRCITO COLONIAL PORTUGUÊS



Trajeto seguido pelos aviões pulverizadores que lançam sobre as populações indígenas produtos tóxicos.

Segundo o semanário britânico « The Sunday Times », pilotos mercenários sul-africanos

efectuaram por conta das forças aéreas coloniais portuguesas missões secretas de guerra química contra os combatentes nacionalistas nas florestas do Norte de Moçambique. Este crime bárbaro contra populações das zonas libertadas é confirmado por testemunhos de soldados portugueses. O semanário afirma, a este propósito, que possui a prova de que pelo menos seis aviões pilotados por sul-africanos participaram, durante duas semanas, numa operação de bombardeamento das plantações com produtos químicos. Estes bombardeamentos eram destinados a destruir as culturas que servem de abastecimento aos patriotas moçambicanos. O combinado químico utilizado nestas criminosas operações é, segundo o jornal « The Sunday Times », um dos últimos produtos utilizados no Vietnam pelos americanos.

A mesma fonte de notícias informa que os pilotos recebem por dia 4.062,50 escudos por duas horas de voo, mais 1.950 escudos por cada hora de voo suplementar, soma a qual se vem juntar um « prémio de risco » da ordem de 20 %.



Jeep Willys destruído pelas forças de libertação. A venda de jeeps é uma das formas do criminoso apoio dado pelo imperialismo americano ao colonialismo português.

## O MPLA condena uma encomenda da Polónia aos fascistas portugueses

Do número de Agosto do boletim oficial de informação editado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, na Suécia, transcrevemos o seguinte comentário intitulado « A República Popular da Polónia, nós e os outros ... ».

« Segundo o jornal « Notícias de Portugal » de 10/7/72, depois de uma difícil competição internacional, os estaleiros navais de Viana do Castelo, ganharam, finalmente, a encomenda feita pela República Popular da Polónia de cinco cascos de barcos de frete da ordem das 12.000 t. destinados aos estaleiros navais da Polónia.

« A encomenda foi feita pela organização polaca Centromar. O montante desta encomenda recorde é da ordem de 10 milhões de dólares. Os cascos serão depois levados para a Polónia onde serão inteiramente equipados. A Polónia não é o único país socialista onde o internacionalismo degenerou: entretanto, desde 1968 a Polónia já vendeu 5 barcos, prontos a navegar, ao fascismo português que agora os emprega para o transporte de tropas e equipamento militar para Angola ... Os estaleiros navais de Odessa<sup>1</sup> entregaram, além dos engenheiros necessários, quatro barcos prontos a navegar, ao

fascismo. Actualmente, o reino da Suécia constrói petroleiros para o Caetano. Que belá mixórdia! ... a próxima conferência sobre a segurança europeia<sup>2</sup> ».

1 - Odessa é um porto da URSS no Mar Negro.

2 - A conferência sobre a segurança europeia é um dos objectivos principais do governo russo e reunirá os países da Europa. A Albânia, que se recusa a participar nessa conferência, considera-a uma manobra da URSS com vistas a aliviar a tensão na Europa, manter a situação existente, para poder voltar os seus canhões contra a República Popular da China.

### O Salto

56, Rue de la Fontaine-au-Roi  
PARIS-XI Metro-Goncourt

#### HORAS DE ABERTURA

2 feira 16h. - 22h.30m  
4 feira 20h. - 22h.30m  
6 feira 20h - 22h.30m  
Sábado 16h. - 20h.

SECÇÃO SOCIAL  
VENDAS  
REDACÇÃO  
SECRETARIA

africanos, então, devíamos pensar que não estávamos perante um país onde os trabalhadores estão no poder.

### OS RACISTAS SUL-AFRICANOS E RODESIANOS EM SOCORRO DOS COLONIALISTAS PORTUGUESES

Ao mesmo tempo que Peralta era julgado pela 2ª vez, ao mesmo tempo que os fascistas dizi-

# Preparando os Jogos Florais

## OS JOGOS FLORAIS E OS CLUBES

Os I Jogos Florais da Emigração serão uma festa grandiosa em que os trabalhadores portugueses terão a palavra. Quer se dediquem ao teatro, escrevam versos, cantem, dansem ou tenham outras actividades artísticas ou desportivas, todos devem contribuir com o seu esforço para a edificação duma cultura verdadeiramente nossa, que nos represente a nós e às nossas aspirações.

### QUE OS AUTORES POPULARES DÊM A CONHECER AS SUAS OBRAS!

Os I Jogos Florais serão uma jornada de troca de pontos de vista, de enriquecimento dos nossos conhecimentos através da troca de experiências entre os participantes. Que os autores populares saiam da sombra, que dêem a conhecer as suas obras! Que todos participemos com um espírito novo, de sã competição, para que se faça desta primeira jornada cultural popular portuguesa um meio de unirmos todos os trabalhadores numa só vontade!

Os I Jogos Florais da Emigra-

ção, a realizar em 1973, « estarão abertos a todos os portugueses residentes em Portugal e no estrangeiro. » Organizados dentro do âmbito do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, vários clubes vão participar nos Jogos. Aqueles que não fazem parte de nenhum clube também devem participar.

No último número do nosso jornal falámos dos clubes que estão já a trabalhar no sentido de se fazerem representar. Este mês quizeamos falar com o Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, em particular, para saber o que está a preparar para concorrer.

« Há já pessoas interessadas em fazer teatro, tocar acordeão — pensamos concorrer com músicas inéditas —, harmónica (um trio), conhecemos também quem quer fazer quadras e vamos tentar criar até lá um rancho folclórico. Para todas as actividades temos pessoas interessadas, só nos falta organizá-las para podermos concorrer. »

« O clube tem estado fechado, mas vamos começar a trabalhar logo a partir de Setembro para prepararmos a nossa contribui-

ção.

« Pensamos também concorrer com fotografias e o teatro já está em marcha! ».

Durante a conversa que tivemos, um dos colaboradores do C.J.T.P.P. deu a ideia de a direcção dos Jogos Florais lançar um mote que serviria de tema para uma das modalidades do concurso de poesia.

### UNIR O POVO PORTUGUÊS DESENVOLVENDO A CULTURA POPULAR

« Vamos tentar fazer reuniões com os vários clubes do M.T.P.E. que participam para vermos tudo aquilo que poderemos apresentar e trocarmos ideias. Os Jogos Florais serão assim mais uma forma de unir o povo português e uma forma de desenvolvermos a cultura popular. »

Esperamos que, por toda a parte, quer nos clubes, quer individualmente, os trabalhadores portugueses, estejam em França, na Bélgica, na Holanda, na Alemanha ou mesmo em Portugal, sigam o exemplo do Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris e se preparem activamente para os I Jogos Florais da Emigração!



Um aspecto da rodagem, em Paris, dum filme dum cineasta português que vive na Suécia. O filme tem como tema a emigração portuguesa e será apresentado aos I Jogos Florais.

## Regulamento

DOS JOGOS FLORAIS DE JUNHO DE 1973

**Artigo 1** — Estes jogos estão abertos a todos os grupos culturais e desportivos, bem como a indivíduos isolados, tanto da emigração como de Portugal.

**Artigo 2** — Haverá desde já as seguintes modalidades:

- 2.1 - Teatro e declamação
- 2.2 - Música popular ( ranchos, grupos musicais e corais, cantores e músicos concorrendo individualmente )
- 2.3 - Fotografia e cinema
- 2.4 - Literatura ( poesia, conto, romance, peça de teatro )
- 2.5 - Pintura e desenho
- 2.6 - Desporto ( estando para já assegurada a realização da Taça da União de futebol e de ping-pong. )

**Artigo 3** — Um regulamento próprio a cada modalidade definirá as condições e formas de que se deverá revestir a participação aos jogos.

**Artigo 4** — Os Jogos Florais realizar-se-ão anualmente a partir de 1973, cada ano num país ou cidade diferente. A data e o local serão decididas na reunião inter-associativa do ano anterior à sua realização.

- 4.1 - As cidades candidatas à realização dos Jogos devem fazer acto de candidatura na R.I. A.

**Artigo 5** — Um júri, nomeado pelo M.T.P.E., atribuirá um prémio que se chamará « Prémio da União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados »:

- 5.1 - A obra ou as obras literárias ou artísticas que, em cada modalidade, tanto pelo seu conteúdo como pela sua forma, mais estiverem dentro do espírito de U.T.P.E.
- 5.2 - Às equipas desportivas e aos desportistas melhor qualificados
- 5.3 - Às equipas desportivas que demonstrarem maior espírito desportivo

**Artigo 6** — Data da entrega e data de inscrição.

- 6.1 - As obras literárias e artísticas terão de ser entregues até ao dia 31 de Março de 1973. O júri poderá organizar eliminatórias regionais. As obras assinadas com pseudónimos serão aceites.

**Artigo 7** — As obras literárias melhor classificadas, bem como as fotografias, serão publicadas por « O Salto ».

**Artigo 8** — Os exemplares das obras enviadas para concurso não serão devolvidos e o M.T.P.E. reserva-se o direito de as publicar ou expôr.

**Artigo 9** — O Prémio U.T.P.E. — « Solidariedade », será entregue à melhor obra literária ou artística editada nesse ano, em língua estrangeira, tratando de problemas relativos ao povo português. O júri, formado por amigos estrangeiros e delegados do Movimento, atribuirá esse prémio.

**Artigo 10** O prémio consistirá num medalhão com o símbolo da União, a indicação « Prémio U.T.P.E. » e o ano.



### INSCRIÇÕES E REGULAMENTO

Todas as inscrições, pedidos de regulamentos ou qualquer outra informação devem ser feitos para a seguinte direcção:

Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados  
56, Rue de la Fontaine-au-Roi 75 - Paris 11<sup>e</sup>me



Quadro a óleo do artista albanês Leç Shkreli. Esta obra foi consagrada ao herói popular Manush Alimani que se conservou sempre firme perante as torturas atrozes dos fascistas. (Galeria das Artes, Tirana).

### FOI CRIADA A AGÊNCIA NOTICIOSA POPULAR DE PORTUGAL — NOVAPORT

O Salto saúda o aparecimento do Boletim de Informação da Agência Noticiosa Popular de Portugal — NOVAPORT.

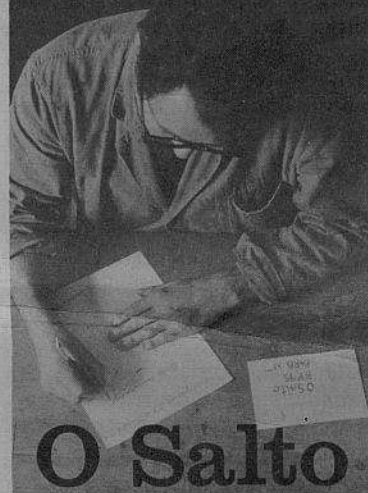
Na emigração, as notícias que nos chegam de Portugal são raras e deformadas, na sua maior parte, pelo aparelho de propaganda da burguesia fascista portuguesa. Assim, a criação de uma agência noticiosa popular reveste-se duma grande importância e utilidade para um jornal como o nosso. Recomendamos vivamente a leitura do Boletim de Informação

quinzenal da Agência Noticiosa Popular de Portugal. Os pedidos deverão ser dirigidos para:

NOVAPORT BP 4806  
75 261 PARIS CEDEX 06

No nosso próximo número publicaremos, na íntegra, o Editorial que NOVAPORT inseriu no seu primeiro boletim de informação e onde expõe as tarefas que, ao serviço dos trabalhadores e da opinião pública mundial, se propõe realizar.

## Informa



O Salto

## CONHECE

### OS CLUBES DE TRABALHADORES

FRANÇA

#### IVRY

Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris

25, rue Christophe Colomb  
Metro Pierre Curie

#### TROYES

União Recreativa « Os Lusitanos »

39, rue de Freize  
10 - Troyes

#### PUTEAUX

Associação « Encontro Português »

20, rue du Centenaire  
92 - Puteaux

#### NANTES

Associação dos Trabalhadores Portugueses de Nantes

9, rue des Hauts - Pavés  
44 - Nantes

#### BOURGES

Clube Português do Cher

5, rue de la Thaumassière  
18 - Bouges

#### HOLANDA

Associação Resistência e Trabalho

Brink 1 A - Amsterdão

#### ALEMANHA

Centro Português de Neuss

404 Neuss - 8  
Postfach 923